

Julho de 2006 • Ano 3 • nº 24

Julho de 2006 • Ano 3 • nº 24

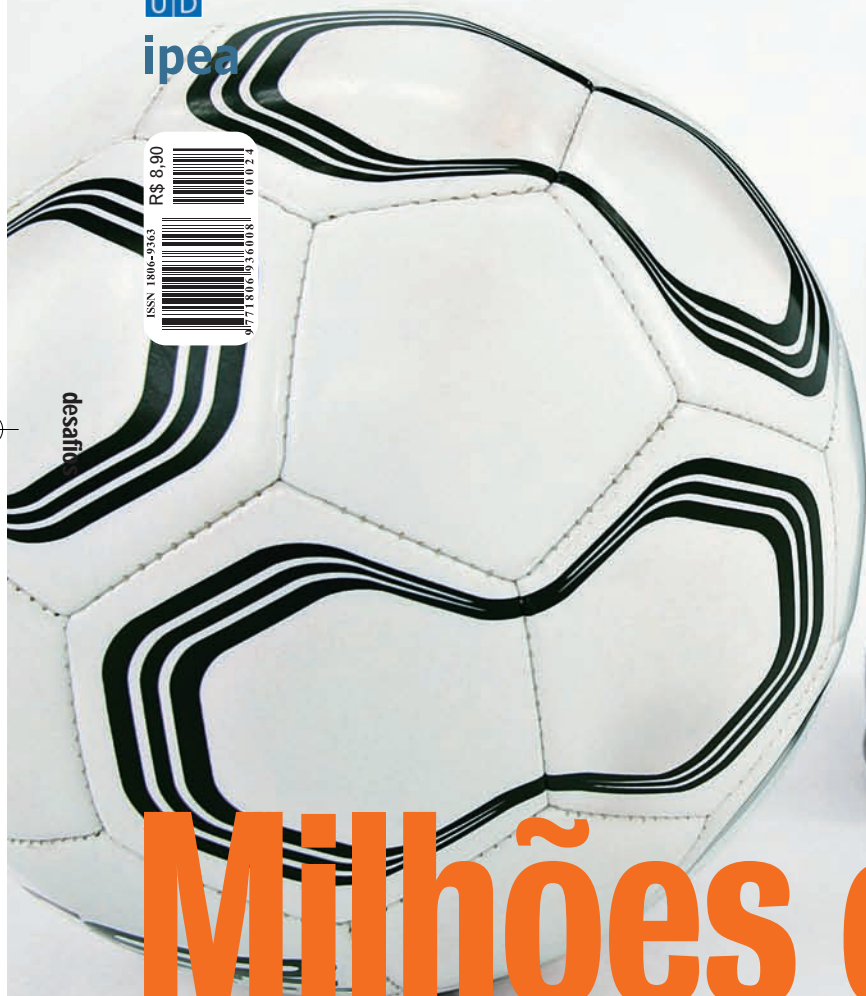
www.desafios.org.br

desafios

do desenvolvimento



ipea



SAMshyle/Getty Images

Milhões em ação

O futebol movimenta bilhões de dólares no mundo todo, mas a fatia brasileira ainda é pequena

A TODO VAPOR

Empresários investem no aumento da capacidade produtiva, aquecendo o setor de bens de capital

TURBULÊNCIA

Falências de companhias tradicionais e conquistas de novos empreendedores revolucionam a aviação civil

RUBENS RICUPERO

A América Latina está fragmentada. Não há uma proposta agregadora nem um tema unificador

desafios

do desenvolvimento

Sumário

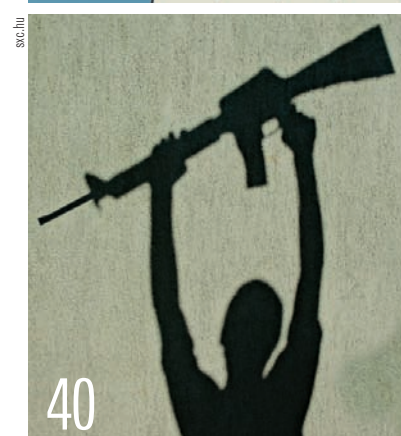
- 8 Entrevista Rubens Ricupero**
A América está partida
- 16 Transportes Voando baixo**
O setor de aviação civil passa por uma revolução sem precedentes
- 24 Economia Riquezas e misérias de uma paixão nacional**
O desempenho aquém do esperado nos gramados alemães se repete nos negócios
- 32 Indústria Alavancas do crescimento**
Confiança do empresariado aumenta os investimentos em bens de capital
- 40 Habitação Onde mora a violência**
Estudo do Ipea constata que condições de moradia influenciam nível de criminalidade
- 46 Melhores práticas Inteligência solidária**
Iniciativa pioneira cria bancos de dados onde cientistas trocam informações

Seções

- 6 Giro**
- 52 Circuito**
- 54 Estante**
- 56 Indicadores**
- 58 Cartas**

Artigos

- 22 Alexandre Manoel Angelo da Silva**
Fundos Constitucionais
- 39 Luiz Dias Bahia**
O atual ciclo de expansão da indústria
- 44 Debate sem fronteiras**
Segurança: para onde vamos?



Carta ao leitor

Quando decidimos fazer uma reportagem sobre os negócios do mundo do futebol, acreditávamos que escreveríamos sobre o paradoxo de termos uma das melhores, senão a melhor, seleção do mundo, e sermos tão inábeis na hora de extrair riqueza deste esporte, na prática doméstica. Infelizmente, o que vimos é que não somos campeões em nenhuma das duas áreas. Foi difícil a decisão de manter a capa da revista depois de assistir ao melancólico 1 x 0 a favor da equipe francesa. Mesmo assim, confiamos que a “paixão nacional” resistirá ao baque e vale a pena discutir o que é necessário fazer para que clubes e times, onde vive a realidade futebolística brasileira, transformem craques e jogadas em fontes de recursos para o país. A receita não parece difícil – precisamos profissionalizar e moralizar a atuação dos “cartolas” nacionais. **Desafios** também fala sobre um setor que atravessa forte turbulência, igualmente, em parte, devido à má atuação dos administradores: a aviação civil. A inabilidade dos executivos já conduziu mais de uma companhia aérea à falência, e agora ameaça acabar com a Varig. Por outro lado, há a iniciativa de novos empreendedores, que com estratégias ousadas estão colocando no ar suas marcas a cruzar os céus brasileiros e estrangeiros. A matéria “Alavancas do crescimento” trata de um ramo de atividade que tem novidades: a indústria de bens de capital. Confiando no futuro da economia, o empresariado investiu para aumentar a capacidade de produção e trouxe novo ânimo aos fabricantes de máquinas e equipamentos, que além de vender mais por aqui, também estão exportando mais. E por falar em mercado externo, vale a pena ler a entrevista concedida pelo ex-embaixador e ex-ministro Rubens Ricupero. Ele analisa, com olhar sagaz, a atual situação do Brasil em relação aos parceiros da América Latina, aos Estados Unidos e à União Européia. É um prazer descobrir as opiniões de quem enxerga muito além da pequenez do cotidiano. Tomara que vocês gostem. Boa leitura!

Andréa Wolffenbüttel, Editora-Chefe

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: cartas@desafios.org.br
 Diretoria de redação:
 SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
 Visite nosso endereço na internet: www.desafios.org.br

Patrocínio

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

desafios

do desenvolvimento

www.desafios.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

PRESIDENTE Luiz Henrique Proença Soares

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)

REPRESENTANTE INTERINO NO BRASIL Lucien Muñoz

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

ASSISTENTE Mary Cheng

CONSELHO EDITORIAL Alexandre Marinho, Andréa Wolffenbüttel, Bruno Araújo, Divonzir Gusso, João Carlos Magalhães, Karla P. Correa, Leonardo Rangel, Lucien Muñoz, Luiz Fernando L. Resende, Luiz Henrique P. Soares, Mary Cheng, Murilo Lobo, Pérsio Davison, Renato Villela

Redação

EDITORA-CHEFE Andréa Wolffenbüttel

EDITOR Ottoni Fernandes Jr.

EDITORAS ASSISTENTES Lia Vasconcelos e Marina Nery

REPÓRTER Manoel Schindwein

COLABORADORES Anderson Gurgel, Eliana Simonetti (redação), Marco Antonio Sá (fotografia), Orlando Pedrosa (ilustração), Ivana Gomes, Laís Rigotti (revisão)

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE Renata Buono

EDITORA ADJUNTA DE ARTE Rafaela Ranzani

FOTO DA CAPA SAKIstyle/Getty Images

Publicidade

DIRETORA Bia Toledo • bia@desafios.org.br

REPRESENTANTES

BAHIA E SERGIPE Canal C Comunicação

Tel. (71) 358-7010, (71) 9988-4211 • e-mail: canalo@canalccr.com.br

ESPÍRITO SANTO • Mac Marketing e Assessoria de Comunicação

Telefax (27) 3229-2579 • e-mail: machadom.vix@terra.com.br

PARANÁ • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (41) 3019-3717 - Fax (41) 3019-3716 • e-mail: sec.thadeu@terra.com.br

RIO GRANDE DO SUL • RR Gianoni Representações

Tel. (51) 3388-7712 • e-mail: gianoni@gianoni.com.br

SANTA CATARINA • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.

Tel. (48) 348-4121, (48) 9977-9124 • e-mail: m.minuzzi@terra.com.br

Circulação

GERENTE Flávia Cangussu • flavia@desafios.org.br

Atendimento

Paula Galícia (coordenadora) • paula@desafios.org.br

Redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
 Tel.: (61) 315-5188 Fax: (61) 315-5031

Circulação e Publicidade

Rua Urussuí, 93, 13º andar, CEP 04542-050 - São Paulo, SP
 Tel./Fax: (11) 3073-0722

Administração

Instituto Uniemp
 Av. Paulista, 2198, conjunto 161 - CEP 01310-300 - São Paulo, SP
 Tel.: (11) 2178-0466 Fax: (11) 3283-3386

Assinaturas

Teletarget
 Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415 • desafios@teletarget.com.br

Atendimento ao Jornaleiro LM&X - Tel.: (11) 3865-4949

Impressão Globo-Cochrane Gráfica e Editora

Distribuição Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Organização das Nações Unidas

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E DO PNUD. É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

JORNALISTA RESPONSÁVEL • Andréa Wolffenbüttel

Pesquisa **Andréa Wolfenbüttel**
 Texto **Eliana Simonetti**

GIRO

Monitor das reformas

Desde seu primeiro número, em agosto de 2004, Desafios acompanha mensalmente o trabalho do Congresso Nacional para aprovação das diversas reformas em trâmite. Com a proximidade das eleições, a tendência é que o ritmo de votações caia. Portanto, estamos apresentando um balanço e voltaremos com o Monitor das Reformas quando os novos parlamentares tomarem posse. Foram aprovadas, nesse período, as Reformas da Previdência e do Judiciário, se bem que a última ainda tem complementações a serem feitas. Não conseguiram ser implementadas as Reformas Sindical (proposta em 1989), Tributária (proposta em junho de 2004) e Universitária (projeto apresentado em junho de 2006). Outras leis importantes foram aprovadas, tais como a de Inovação, a de Falências, a das Parcerias Público-Privadas, a de Biossegurança e o Fundeb. Algumas continuam na fila, como a Lei Geral das Pequenas e Médias Empresas.



Kai Pfaffenbach/Reuters

Exportações

Fresta bem-vinda

Só recentemente as empresas brasileiras perceberam que podem tirar proveito de uma fenda na legislação dos países ricos, sabidamente protecionista, e assim exportar mais. A tal fresta existe desde outubro de 1970 – portanto, há mais de 30 anos –, quando os sócios da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) concordaram em reduzir ou eliminar impostos sobre produtos originários de regiões em desenvolvimento. Cada um elabora sua lista de bens beneficiados pelo chamado Sistema Geral de Preferências (SGP). Nos Estados Unidos, por exemplo, 3.359 produtos são isentos de imposto de importação. Há muita burocracia. Entre

outras coisas, o importador tem de fazer o pedido, com um sem-número de códigos, e justificá-lo. Mesmo assim, as vendas vêm crescendo. Segundo estudo da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham-Brasil), os comerciantes brasileiros só perdem para a Índia quando se trata de fazer uso do SGP. No ano passado, exportaram 3,6 bilhões de dólares para os americanos, nessa retranca. As vendas de aparelhos mecânicos, equipamentos elétricos, plásticos, químicos, alumínio, madeira e cobre, entre outros, dobraram entre 2002 e 2005. E ainda há muito espaço a ocupar. O Brasil deixou de oferecer aos americanos 56% dos itens listados no sistema.

Perspectivas

Ânimo elevado

O otimismo dos empreendedores latino-americanos anda em alta. Quase todos têm planos de crescimento – da produção, das exportações e da contratação de empregados. Na primeira edição do Latin American Business Monitor, que consultou aproximadamente 500 líderes de negócios das principais pequenas e médias empresas na América Latina – 60% deles exportadores – entre feve-

reiro e março de 2006, o Brasil foi estrela. Dos entrevistados, 72% afirmaram que o crescimento do país será o mais expressivo da região. Outra pesquisa dá conta do ânimo dos brasileiros. Um terço deles acredita que o país será uma grande potência mundial em 2020, conforme constatou a fundação alemã Bertelsmann no trabalho “Potências mundiais no século 21”.

Socorro urgente

Cerca de 7 mil idiomas, alguns de povos indígenas brasileiros, correm o risco de desaparecer do planeta. Para preservá-los, pesquisadores da National Science Foundation e da National Endowment for the Humanities, entidades americanas, registram suas gramáticas e textos em arquivos de computador.

Educação

O exemplo chinês

Organismos como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), concordam que uma das principais causas da pobreza na América Latina é o baixo investimento em educação. Estima-se que, entre os 20% mais pobres, apenas 12% terminem o secundário e 0,9% conclua a universidade. Boa razão para

observar o exemplo do Oriente. Nos planos quinquenais do governo chinês consta a meta de transformar suas universidades nas melhores do planeta até 2015. A Universidade de Beijing já ocupa o 15º posto no ranking mundial. A China forma cerca de 450 mil engenheiros por ano, além de 48 mil mestres e 8 mil doutores. Em 2004 o país aplicou 90,5 bilhões de dólares em educação –

pouco menos que o resultado das exportações brasileiras daquele ano. Em outubro, 40 instituições de ensino superior estarão em São Paulo, na China Education Exhibition 2006, à cata de professores e pesquisadores. A concorrência é grande. O departamento de Educação da Austrália já arrebanhou 7 mil estudantes. Duas universidades americanas de peso também estão no páreo. Har-

vard começou a recrutar jovens no início de julho. No ano que vem, será a vez de Yale. “Queremos os melhores, e o Brasil está no nosso foco”, diz João Aleixo, diretor de assuntos internacionais da escola. Há um gargalo no Brasil: o ensino médio tem 9 milhões de alunos, enquanto as universidades têm apenas 4,1 milhões. Os talentos interessam aos estrangeiros.

Amazônia

Agito em Manaus

A Zona Franca parece estar ressurgindo das cinzas. Ganhou novo nome. Agora é Pólo Industrial de Manaus. Em 2005, suas 450 indústrias geraram 98 mil empregos diretos, faturaram 8,9 bilhões de dólares e, para 2006, projetam uma receita de 22 bilhões de dólares. Entre janeiro e abril, surgiram 70 novos projetos de investimento, 12 deles em laboratórios no Amazonas. As perspectivas são boas. O governo federal promete aplicar, neste ano, 120 milhões de reais em pesquisas científicas e tecnológicas na Amazônia. E, para agitar

ainda mais as coisas, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia, com cooperação técnica de organismos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), elabora um plano de desenvolvimento sustentável com atividades econômicas de maior capacidade produtiva, potencial de geração de renda e qualidade de vida para a comunidade local, além de diretrizes e políticas públicas para o progresso socioeconômico e cultural.

Incentivos fiscais concedidos ao Pólo Industrial

Redução de 88% do Imposto sobre Importação de insumos destinados à industrialização

Isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI)

Redução de 75% do Imposto de Renda em caso de reinvestimento

Isenção de PIS e Cofins nas vendas internas entre indústrias

Crédito variável entre 55% e 100% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), desde que as empresas contribuam para os fundos de financiamento ao ensino superior, ao turismo, à pesquisa e desenvolvimento e às microempresas

Fonte: Suframa



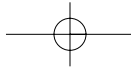
Kai Pfaffenbach/Reuters

Gênero

De volta ao passado?

Até a década de 1960, no Brasil, meninos e meninas freqüentavam escolas diferentes. Quando estudavam no mesmo prédio, tinham pátios de recreio e salas separadas. O ensino misto foi considerado um grande avanço, espécie de reconhecimento dos direitos das mulheres. Pois bem. Testes feitos em 28 países mostram que as garotas estão se saindo muito melhor do que os rapazes na leitura e na matemática – o inverso do que se verificava 30 anos atrás. Estudiosos americanos, ingleses e australianos andam investigando a questão e já constataram que tudo

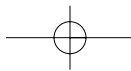
difere entre os sexos: ritmo de desenvolvimento, capacidade de organização, necessidade de movimento, temas de interesse. E que, de maneira geral, o currículo escolar atende melhor às necessidades das garotas. A primeira medida recomendada é a mudança do material curricular, especialmente o de leitura, para torná-lo mais inclusivo. “Temos de alcançar os garotos onde eles estão e atender às suas necessidades, em vez de esperar que eles se adaptem a um modelo que definimos como o do ‘bom estudante’”, diz Erin Oakley, da Universidade da Flórida.

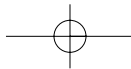


ENTREVISTA

As tentativas de ampliação do Mercosul e de criação de uma área

Marco Antonio Sá





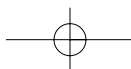
sul-americana não deram resultados e parecem estar em declínio e dissolução

Rubens Ricuperro

A América está partida

Por **Andréa Wolffenbüttel**, de São Paulo

O advogado Rubens Ricuperro tem vasta experiência em muitas áreas. Perdeu as contas do número de países que visitou e de autoridades com as quais conversou. Professor, embaixador, ex-ministro da Fazenda, ex-secretário do braço da Organização das Nações Unidas que cuida de comércio e desenvolvimento, atual diretor da faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado, de São Paulo, tem cacife para falar sobre política e economia, interna e externa. Nesta entrevista concedida a **Desafios**, o tema central é a América Latina, que no seu entender passa por um período de desagregação. O cenário observado por Ricuperro não é nada bom. Mas ele tem esperança de melhora.



Homem de mil instrumentos

O olhar, de um azul transparente, é tranqüilo. A fala é mansa — em português, francês, inglês, espanhol, italiano ou alemão. Quem passa por ele numa das ruas do bairro de Higienópolis, na capital paulista, onde mora, não diz que Rubens Ricupero, casado, pai de quatro filhos, carrega a bagagem que, de fato, traz nos ombros, na mente e no coração. Em 69 anos de vida, ele fez, e continua a fazer, de tudo. Não é tarefa fácil resumir, em poucas linhas, o currículo do atual diretor da faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado.

Aluno dos cursos de Letras Neolatinas e Economia — que, inquieto, não concluiu —, Ricupero se formou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Preferiu escapar dos tribunais e se voltou para a carreira de diplomata. Em 1961, quando Juscelino Kubitschek passava o bastão da Presidência da República para Jânio Quadros, estreou como funcionário do Itamaraty. Ali foi, entre outras coisas, chefe da divisão de Difusão Cultural e do Departamento das Américas. Escolhido assessor internacional pelo presidente eleito Tancredo Neves, serviu a seu sucessor, José Sarney. Depois, ocupou as pastas do Meio Ambiente e Assuntos Amazônicos e da Fazenda (quando implantou o Plano Real). Sim, também presidiu o Comitê de Finanças na Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1992, no Rio de Janeiro — a Eco-92.

No exterior, comandou embaixadas brasileiras nos Estados Unidos e na Itália, atuou no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) e foi secretário-geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad). Em sala de aula, ensinou Teoria de Relações Internacionais na Universidade de Brasília e lecionou História das Relações Internacionais do Brasil no Instituto Rio Branco, além de ministrar cursos no Peru, Suriname e Gabão. Nesse universo, mais acadêmico, escreveu vários livros sobre política externa, economia e história. Atualmente, além da faculdade de Economia, dirige o Instituto Fernand Braudel, ONG que realiza pesquisas e debates acerca de problemas brasileiros e latino-americanos. Enfim, dizer que Ricupero é um homem de mil instrumentos talvez seja subestimá-lo.

Desafios – Como o senhor vê o momento político que a América Latina atravessa?

Ricupero – Vejo um panorama de fragmentação. Não existe uma proposta agregadora de caráter construtivo nem temas unificadores, como havia na época da Guerra Fria, quando a guerrilha eclodiu na América Central e se falava nos perigos da influência cubana. Eram questões de caráter conflituoso, mas que causavam, senão unanimidade, pelo menos o surgimento de grandes maiorias. Atualmente, a multiplicação de encontros de cúpula não produz mais que pura retórica. Na prática, a tendência é a diferenciação. Os países do norte, México, América Central, Caribe, estão cada vez mais incorporados ao espaço econômico dos Estados Unidos. Essa é uma orientação comercial histórica, hoje acentuada porque a integração se dá também pela imigração. Os grandes contingentes latinos nos Estados Unidos são originários do México, do Caribe e da América Central. Enquanto isso, na América do Sul há diversificação.

Desafios – Como é essa diversificação?

Ricupero – Países como Colômbia, Peru e Equador tendem a se integrar ao mercado norte-americano. Os do sul não têm essa interação, mas não foram capazes de construir alternativa eficaz. As tentativas de ampliação do Mercosul e de criação de uma área sul-americana não deram resultados e parecem estar em declínio e dissolução. Para piorar, dois grandes temas dividem a América Latina. Um é a postura do presidente venezuelano, Hugo Chávez. Outro é o Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca), ou projetos semelhantes.

Desafios – O senhor acha que essa fragmentação é consequência da história ou da falta de liderança e iniciativa dos governos?

Ricupero – Creio que metade-metade. Nenhum governo, inclusive o brasileiro, apresentou uma proposta convincente, construtiva, de desenvolvimento de todo o continente, por meio não

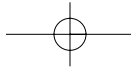
só do comércio mas também de financiamento. O Mercosul é semelhante à Alca, com o Brasil como o país forte em lugar dos Estados Unidos. Não oferece garantias de investimentos para que os mais fracos diversifiquem suas exportações. Mas há também raízes na evolução histórica. No período da Guerra Fria, a América Latina estava mais presente na agenda diplomática mundial do que hoje. Os grandes temas na política atualmente são basicamente quatro: o terrorismo internacional, o radicalismo islâmico, a proliferação de armas de destruição em massa e o conflito entre Israel e palestinos. São tópicos em que a América Latina — talvez o único continente sem ligação com o islamismo — é inteiramente irrelevante.

Desafios – O senhor fala de um modo que parece ser azar o Brasil estar distante do conflito islâmico, mas é sorte, não é?

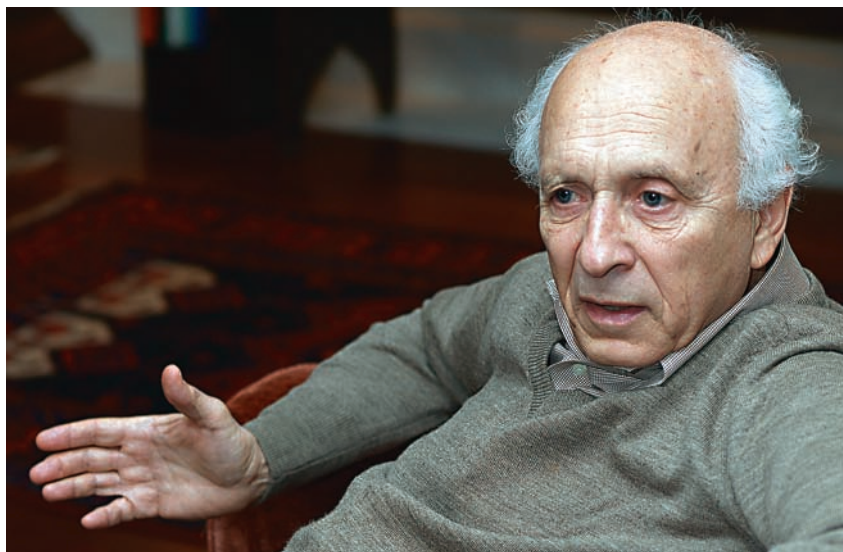
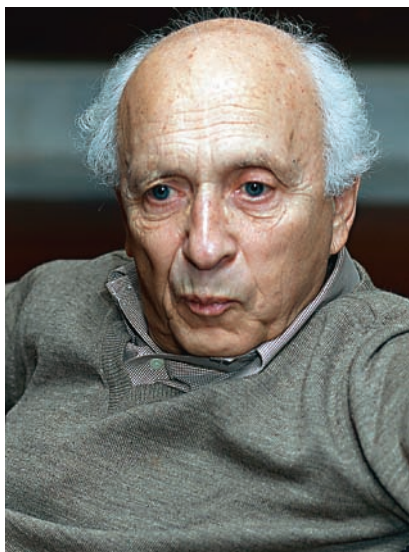
Ricupero – É sorte, mas nos deixa fora da agenda. Não somos atingidos pela violência, mas também não despertamos atenção nem interesse. A preocupação com o desenvolvimento concentra-se nas áreas mais miseráveis do mundo, em 50 países, dos quais 34 estão na África e um único na América, o Haiti. Mesmo Bolívia e Honduras já não se enquadram nessa categoria, a dos mais miseráveis. Assim, a América Latina se encontra um pouco órfã da política mundial.

Desafios – A construção do gasoduto que ligaria as jazidas venezuelanas à Argentina, passando pelo Brasil, não seria um projeto de integração continental?

Ricupero – Sim, para a América do Sul especificamente. Essa é uma idéia antiga de Eliezer Batista (um dos primeiros presidentes da Companhia Vale do Rio Doce, hoje consultor especial da empresa, ex-ministro de Minas e Energia do governo João Goulart e membro do Conselho Coordenador das Ações Federais no governo Fernando Henrique Cardoso) — a integração do miolo do continente, com redes de estradas, de energia, de tele-



Fotos Marco Antonio Sá



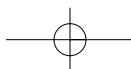
comunicações. Com base na importação de petróleo, gás, carvão e energia elétrica, seria possível criar o que os europeus fizeram com a Comunidade do Carvão e do Aço. O projeto é válido, ainda hoje, em termos conceituais. Infelizmente, não é factível devido à grande insegurança pela radicalização da postura política do presidente venezuelano, Hugo Chávez. Em março deste ano, Chávez tentou impor mudanças a duas empresas petrolíferas estrangeiras, a francesa Total e a italiana Eni, e ameaçou expulsar e ex-

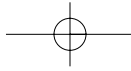
propriar as companhias. O caso da Bolívia foi posterior e criou, obviamente, uma grande insegurança, mesmo na Petrobras, que investiu na Bolívia no contexto de acordos pedidos pelos próprios bolivianos, de Estado a Estado. Na realidade, a Petrobras nunca teve grande interesse pelo gás boliviano por uma razão simples: ele substituiria, em São Paulo, o óleo combustível que a empresa produzia e produz. Foi à Bolívia porque o governo quis assim. Então, no momento em que a Petrobras está representando o Estado

brasileiro e é tratada dessa maneira, fica eliminada qualquer possibilidade de parceria. Porque confiança é como diz aquela cantiga infantil: "O anel que tu me destes era vidro e se quebrou". Quebrou, não tem mais como consertar – e quem disse isso foi o ministro Celso Amorim, em depoimento ao Senado.

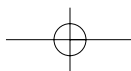
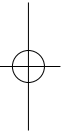
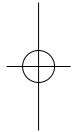
Desafios - O senhor concebe alguma proposta agregadora para a América Latina?

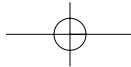
Ricupero - Bem, eu acho uma tragédia que o gasoduto transcontinental, que era a idéia que mais fazia sentido





Fotos Marco Antonio Sá





prático, tenha sido inviabilizado. Então, a meu ver, por enquanto não existe nenhuma proposta integradora possível. O grande projeto, sem viabilidade prática, seria a integração com os Estados Unidos, num acordo em que norte-americanos, como ocorreu com os europeus, aceitassem promover investimentos para corrigir o desequilíbrio de nível econômico entre os países da região. A grande diferença entre o modelo de acordo comercial europeu e o norte-americano é que o europeu sempre foi baseado na idéia de transferências financeiras maciças para os países mais fracos. Os americanos sempre quiseram a integração restrita à liberação do comércio e à abertura de campo aos investimentos privados.

Desafios – Quer dizer que estamos condenados ao “cada um por si”?

Ricupero – Não necessariamente. Há esquemas menos ambiciosos. Uma boa ilustração é a integração entre Peru e Brasil pelas estradas da fronteira do Acre até o Pacífico e pelo fornecimento de gás (porque o Peru tem grandes jazidas). Outro exemplo é o vínculo que vem se formando entre Brasil e Colômbia. Já existe uma siderúrgica brasileira em território colombiano e o país tem interesse no carvão e no petróleo da Colômbia, de boa qualidade. Existe também um bom potencial em matéria de comércio com o México, já explorado por um acordo que pode ser muito ampliado. Não tenho muita esperança na relação que o Brasil tem com a Venezuela. Da Bolívia, então, *ni hablar*, como se diz em espanhol. Temos de reforçar nossas relações com países que têm os pés mais na terra.

Desafios – O Chile estaria entre esses países?

Ricupero – Sem dúvida. A meu ver, em toda a América Latina, o Chile é o mais próximo de um modelo ideal de amadurecimento político, de eficácia econômica e do Estado, e de uma política social inteligente. Tem fundamentos sólidos. Eu acho o Brasil um pouco perdido, sem projeto.

“Hoje, a preocupação com o desenvolvimento concentra-se nas áreas mais miseráveis do mundo, em 50 países, dos quais 34 estão na África e um único na América, o Haiti. Assim, a América Latina se encontra um pouco órfã da política mundial”

Desafios – A sensação que se tem é que o Chile atingiu essa maturidade durante a ditadura do general Pinochet. É possível construir um modelo semelhante num ambiente democrático?

Ricupero – Claro que sim. Essa é uma análise equivocada. O Chile sempre foi uma singularidade na América Latina. Não é verdade que no século XIX o Brasil era o único país com um mínimo de estabilidade num continente de revoluções. O Chile, logo depois da independência, na década de 1830, teve um grande dirigente, Diego Portales, um conservador esclarecido que criou um Estado forte e eficaz. Por volta de 1850, havia no Chile um sistema partidário sólido, como o Brasil nunca teve, e sufrágio universal. O golpe militar não tem o mérito do sucesso chileno. O Chile é um Estado muito eficaz, muito melhor do que o brasileiro, comparativamente incompetente.

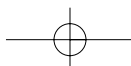
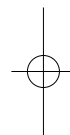
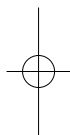
Desafios – Como o senhor avalia a política exterior praticada pelo Brasil?

Ricupero – Eu concordo com o conteúdo da maioria das linhas da política externa. Sou favorável a que o Brasil pleiteie um posto permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Acho brilhante a aliança feita com os outros aspirantes,

a Alemanha, a Índia e até o Japão. Nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), penso que a união dos países em desenvolvimento no Grupo dos 20 foi um grande êxito. Acho que o Brasil tem posição muito destacada, muito acertada na defesa da liberalização agrícola. A postura contra a Alca foi correta, porque os americanos ofereciam muito pouco acesso ao mercado para produtos agrícolas mais sensíveis ao protecionismo e queriam concessões exageradas em termos de propriedade intelectual, que, naquele momento, inviabilizariam o programa brasileiro de medicamentos genéricos. Isso posto, minha maior crítica é que os responsáveis pela política externa brasileira, não só dentro do Itamaraty, não têm conseguido gerar consenso interno, obter apoio.

Desafios – Como assim?

Ricupero – Há um ano eu escrevi um artigo: “O fim do consenso”. Começava lembrando que o doutor Tancredo Neves, com quem trabalhei, disse num discurso que a política externa brasileira conduzida pelo Itamaraty era consenso nacional. Hoje não é mais. E o governo tem responsabilidade em cinco áreas. Primeiro, deu muito mais ênfase à ruptura do que à continuidade. Havia muita coisa na OMC, sobre a Alca, sobre o Mercosul, que vinha do passado e não foi reconhecida. O segundo erro foi transformar a política externa na bandeira de um partido. Partido, substantivo proveniente do verbo “partir”, é uma parte, um pedaço – no caso, da opinião pública. A política externa ideal deve reunir o maior número de cidadãos. A terceira área de responsabilidade governamental é a tendência a dar um cunho ideológico a posturas que deveriam ser apresentadas por seus méritos. Por exemplo, a integração da América do Sul pode ser demonstrada como um teorema, não necessita bandeira. A quarta é o papel excessivamente protagonista do presidente. Sua projeção pessoal é útil, mas deveria ter





sido usada com moderação para evitar ciúmes internos e externos. O Barão de Rio Branco repetia sempre a frase de um escritor alemão: a inveja é a sombra da glória. Um último problema é a politização, a subordinação da política externa a objetivos de partido, de governo, de um presidente, e não da nação como um todo. Pode parecer que sou um terrível crítico da política externa. Não sou. Eu critico sua incapacidade de gerar consenso.

Desafios - Parece que o senhor é mais crítico da forma do que do conteúdo.

Ricupero - Em política externa, as duas dimensões são inseparáveis. Durante a Primeira Guerra Mundial, o presidente norte-americano Woodrow Wilson quis criar a Liga das Nações, mas não conseguiu vender a idéia, rejeitada pelo Senado. Hoje, a maioria dos historiadores concorda que a política de Wilson era esclarecida. Se os Estados Unidos tivessem entrado na Liga das Nações, talvez a Europa não tivesse caído nas mãos de nazistas e fascistas e a Se-

gunda Guerra Mundial não ocorresse. Com a política externa brasileira, passa algo um pouco semelhante: a baixa capacidade de construir consenso pode inviabilizá-la.

Desafios - Como fica o Mercosul nas atuais condições da América do Sul?

Ricupero - Eu vejo o Mercosul muito fragilizado. Quando se faz um acordo de livre-comércio unindo parceiros de níveis desiguais, o pressuposto é que o acordo concorra para a convergência de todos ao mesmo grau de desenvolvimento. É preciso que os maiores ajudem os menores a diversificar e a ampliar suas exportações. Dentro do Mercosul isso nunca foi feito. Privilegiou-se o comércio, e não o investimento ou o financiamento. Paraguai e Uruguai não conseguiram ter no Brasil a alavanca para se desenvolver. Há outras falhas. A Argentina encontra-se numa fase compreensível de auto-afirmação e quer preservar a indústria que lhe resta. Isso, às vezes, gera conflitos com o Brasil, e aqui se esquece que essas dis-

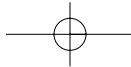
cordâncias se restringem a 10% do intercâmbio e que o Brasil tem um superávit enorme com a Argentina. Outro problema é o conflito entre Argentina e Uruguai. O Brasil tem sido pouco ágil em ajudar esses países a se entender. O Mercosul não vai acabar, mas tampouco vai se realizar no curto prazo.

Desafios - Como sair desse impasse?

Ricupero - Simplesmente devemos admitir que há setores que o Brasil não pode abrir, assim como há áreas que os argentinos não podem abrir. É preciso criar flexibilidades. O acordo de salvaguardas entre Argentina e Brasil foi uma boa idéia, uma válvula de escape. Mas falta muita coisa, como a integração do setor de serviços, muito importante; um acordo de investimento, que não existe; e também um de propriedade intelectual.

Desafios - Por que, apesar dos avanços no mercado externo, a participação brasileira no fluxo mundial de comércio está em queda?

Ricupero - China e Coréia vendem



Fotos Marco Antonio Sá



“Os acordos de livre-comércio enfrentam obstáculos intransponíveis no momento. O problema maior é a agricultura. Mesmo assim, até o fim do ano há esperança de que as negociações na OMC tenham êxito”

mais porque têm melhor capacidade de oferta. Esse é, de longe, o fator mais importante. O Brasil precisa criar um setor produtivo competitivo. Um dos fatores da competitividade é o câmbio – e no nível em que ele está a situação fica difícil. Outros fatores: custo de capital, taxa de juros, carga tributária, custo Brasil... não vai ser fácil mudar o quadro.

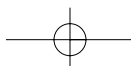
Desafios – Mas o país tem progredido muito.

Ricupero – O Brasil tem crescido no comércio mundial porque é muito competitivo em bens dependentes de recursos naturais, ou seja, na agroindústria e nos produtos minerais. A China é muito competitiva em produtos intensivos em mão-de-obra. Onde o Brasil tem avançado? Em todo o agronegócio, desde o complexo soja até setores tradicionais, como os do café e do suco de laranja; e também no ramo mineral, com minério de ferro, ferro-gusa, alumínio, bauxita etc. Poucos brasileiros sabem que um dos produtos mais dinâmicos da nossa pauta é o petróleo, que há dez anos cresce a taxas acima da média. O Brasil exporta petróleo pesado, devido à sua estrutura de refino, e importa petróleo leve. Isso explica o crescimento do volume. O aumento do faturamento deve-se à demanda chinesa, que elevou o preço de muitos produtos. Nos três últimos anos, por exemplo, o minério de ferro registrou a melhor evolução em 50 anos. Mas, como a com-

petitividade brasileira está muito concentrada nos recursos naturais, não conseguimos crescer de verdade, conquistar maior fatia do comércio mundial. A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) publica anualmente uma lista dos 40 produtos mais dinâmicos do comércio mundial, quase todos eletroeletrônicos e químicos, justamente os dois grandes déficits brasileiros. Essas questões têm de ser resolvidas ou continuaremos exportando, mas com taxa de crescimento cada vez menor.

Desafios – Qual o futuro das negociações com a Europa?

Ricupero – As negociações de acordos de livre-comércio com os Estados Unidos e a Europa já duram dez anos, o que revela a existência de obstáculos intransponíveis no momento. O problema maior, em ambos os casos, é a agricultura. Mesmo assim, até o fim do ano há esperança de que as negociações da OMC tenham êxito. **d**



Voando baixo

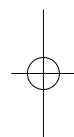
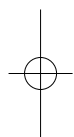
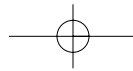
Não é a todo instante que se pode acompanhar de uma vez só a mudança do modo de administrar da maioria dos empresários de um setor da economia. A ameaça de falência assombra a Varig, a octogenária e tradicional companhia aérea brasileira. Sua queda não é isolada e representa muito mais do que deixar clientes a ver navios – com o perdão do trocadilho. Sua crise representa o fim de uma era. Os atentados de 11 de setembro prejudicaram as companhias de transporte aéreo e ecoaram no Brasil. Mas aqui o cenário tem ingredientes próprios e eles foram decisivos para a derrocada de um grupo de empresas – e, conseqüentemente, para o surgimento e o sucesso de outras.

Faça as contas. Você deve se lembrar da Cruzeiro, da Transbrasil e da Vasp, empresas aparentemente sólidas que disputavam diariamente passageiros pelos aeroportos país a fora. Nenhuma delas existe mais. A conta continua: é hora de somar as novas empresas que surgiram há poucos anos, com propostas inovadoras e preços tentadores. É o caso da Gol, Ocean Air e BRA – isso sem contar a TAM, que em menos de uma década passou de uma empresa de transporte regional para a primeira colocada do setor, operando vôos diários para diversos destinos espalhados pelo globo.

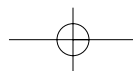
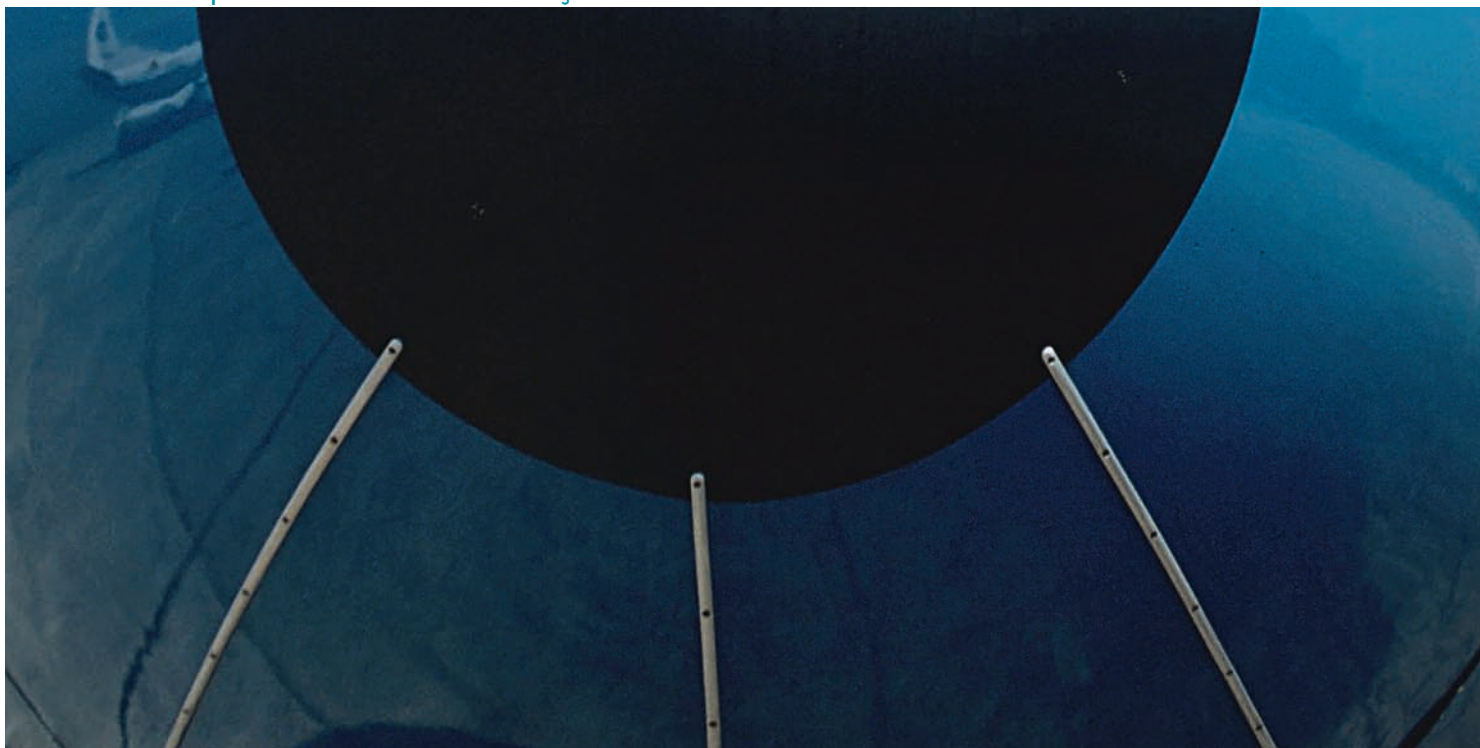
Administrações arcaicas e empresários ousados promoveram uma revolução

O farto espaço, tanto de publicidade como de cobertura, das companhias na imprensa traz a sensação de que os céus são freqüentados por muita gente e debatê-los, portanto, é de interesse da população. Mas, olhando de perto, os números mostram que o privilégio de voar é restrito a não mais do que 15,7% dos brasileiros, de acordo com dados do Ministério do Turismo. Vale lembrar que metade da população brasileira sequer teve a chance de rumar para o litoral no verão ou visitar parentes distantes – eles simplesmente não tinham condições financeiras de viajar. Mesmo que dispusessem de renda, ainda assim enfrentariam outro problema, a oferta. Embora o Brasil tenha mais de 5,5 mil municípios, pouco mais de 200 deles contam com serviços de transporte aéreo. Por outro lado, é uma indústria que movimenta bilhões de dólares por ano no país. Conforme dados do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), o transporte aéreo brasileiro movimenta cerca de 18 bilhões de dólares por ano (o equivalente a cerca de 3% do PIB nacional), de forma direta e indireta, e 6,3 bilhões de dólares anuais diretos.

A geografia do setor apresenta uma



sem precedentes na aviação civil brasileira nos últimos anos



As linhas aéreas são concessões governamentais, por serem um transporte público,

lógica peculiar. Apesar de a região Sudeste corresponder a cerca de 63% do PIB e de movimentar 30 dos 50 milhões de passageiros, ela fica em segundo lugar na quantidade de aeroportos, 35, atrás do Norte, que conta com 46. Isso se deve ao fato de os municípios do Norte serem de difícil acesso, perdidos no meio da imensidão da Amazônia. Os únicos meios de transporte da maioria deles são os barcos e as jangadas, eventualmente substituídos por pequenas aeronaves. Embora seja a primeira colocada na quantidade de aeroportos, a região Norte é a última no ranking de transporte de passageiros (3,1 milhões).

Transporte público Para refletir sobre os rumos das companhias aéreas é preciso antes de tudo saber que elas são concessões, ou seja, é o presidente da República em pessoa que autoriza determinada empresa a operar em um trecho. Assim sendo, estamos falando de transporte público. Público tanto quanto as linhas de ônibus e metrô que circulam nas grandes cidades do país. O que difere o transporte aéreo do terrestre, no entanto, é o fato de as tarifas não estarem atreladas ao aval das casas de leis. Enquanto a passagem de ônibus requer aprovação de

uma câmara de vereadores para ser sancionada pelo prefeito, as companhias aéreas podem estipular os valores que acharem melhor. E é assim que algumas delas voam em trechos lucrativos com tarifas de quatro dígitos, enquanto outras fazem promoções para localidades turísticas a preço, digamos, de banana.

Na nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) “A regulação do mercado de aviação civil no Brasil”, os pesquisadores Eduardo Augusto Guimarães e Lucia Helena Salgado observam que a desregulamentação do setor, até então em curso, foi contida por uma portaria de 2003 expedida pelo Departamento de Aviação Civil (DAC). Isso quer dizer que a dinâmica do mercado continua sendo substituída pela decisão de uma agência reguladora que tem a função de promover o ajuste entre oferta e demanda. “A consequência dessa substituição do mercado pela instância administrativa – ao impedir que o processo competitivo opere no sentido da constituição de uma estrutura produtiva eficiente – será, provavelmente, assegurar a sobrevivência de empresas ineficientes e a preservação da atual estrutura oligopolista da indústria, reproduzindo o legado do marco

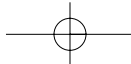
regulatório que se pretendeu encerrar ao longo dos anos 1990.”

No entanto, com o mercado em expansão – só de 2004 para 2005 o aumento no número de passageiros foi de 18,04% (veja os gráficos na pág. ao lado), o governo reviu suas posições e não salvou companhias em frangalhos. Deu no que deu. A maior procura por passagens aéreas, que vem desde o início da década de 1990 atraiu novas empresas e em 1998, quatro companhias faziam a mesma rota para os Estados Unidos. Em contrapartida, seguindo os acordos bilaterais entre países, as americanas Delta, American Airlines, United e Continental passaram a explorar o Brasil, acirrando ainda mais a competição. Não havia demanda e muitas aeronaves decolavam com meia-dúzia de passageiros. “É claro que haveria problemas. Foi uma leitura míope dos empresários. Eles acabaram se matando”, reflete a presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio. A TAM se reestruturou, ao passo que Vasp e Transbrasil sucumbiram (sem contar a Cruzeiro, adquirida em 1975 pela Varig). Só “faltava” a Varig, símbolo nacional que cruzava os céus do planeta. Operando com uma estrutura inchada, muitos gastos, cheia



Antônio Gaudério/Folha Imagem

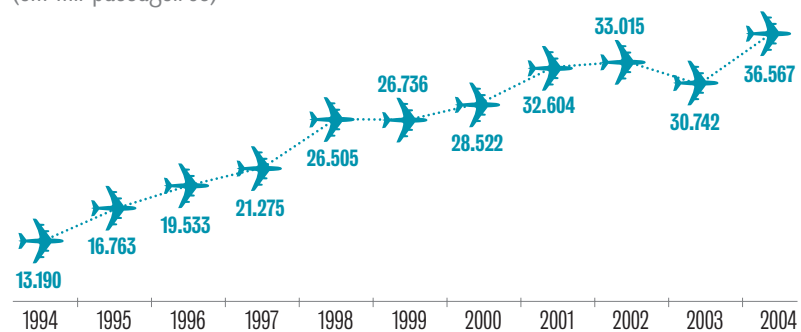
Aeronaves das companhias aéreas que deixaram de operar, como a Vasp, ficam expostas ao tempo nos aeroportos



da mesma forma que as linhas de ônibus e metrô que operam nas grandes cidades

Desembarque de passageiros em vôos nacionais

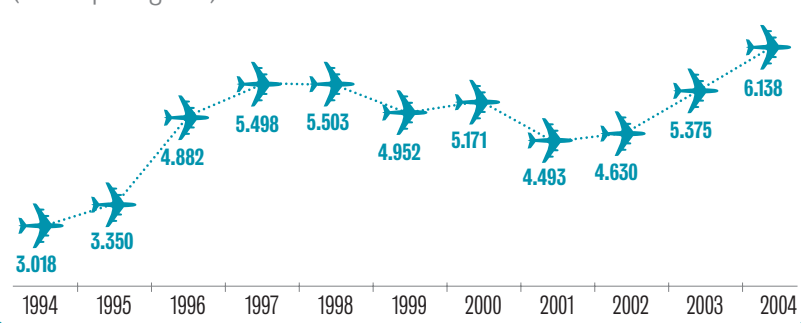
(em mil passageiros)



Fonte: Infraero/Mtur

Desembarque de passageiros em vôos internacionais

(em mil passageiros)



Fonte: Infraero/Mtur

de secretarias intermediárias e longos processos burocráticos internos, ela não soube se readequar às novas demandas e agora acumula dívidas de quase 8 bilhões de reais.

O fato é que alguns empresários do setor esqueceram de colocar os óculos antes de trabalhar. O economista e consultor em aviação civil Paulo Roberto de Bittencourt Sampaio não faz rodeios ao descrever a falta de visão deles. “Administrações com erros primários, sem critério algum de nada, com decisões que qualquer ser pensante em sã consciência jamais faria”, diz com o conhecimento de quatro décadas dedicadas ao estudo do setor. Ao longo do tempo observou as reuniões entre empresários e representantes do Departamento de Aviação Civil (DAC), que também não saem ilesos de sua análise. “O problema no Brasil foi con-

tar com um DAC militarizado, com coronéis e brigadeiros inteiramente despreparados, com absoluta falta de técnica”, dispara. O que se via, diz, era algo absolutamente doentio, um verdadeiro oligopólio das empresas sempre subsidiadas pelo governo federal.

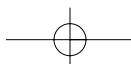
Alguns exemplos de erros fatais cometidos pelos dirigentes da Varig. A manutenção de trechos de baixa rentabilidade por acreditarem nas promessas do governo de que tal gesto, ao promover a soberania nacional, contaria com subsídios federais. Foi exatamente o contrário do que ocorreu – e até 2003 ainda havia saídas para cidades como Tefé e Tabatinga, no Amazonas. O número exagerado (cerca de cem) de funcionários com poder de conceder passagens gratuitas. Há muitos outros casos, todos

unidos por um único fio condutor, conforme especialistas: a empresa não estava voltada para os clientes, mas sim para os empregados. Avalizados pela Fundação Ruben Berta (controladora da companhia, onde os funcionários são acionistas majoritários), dúzias de benefícios que nem sequer estatais teriam condições de proporcionar eram concedidos. A Varig tem, em média, 26 pilotos por avião, ao passo que a TAM tem 13. Há três anos, enquanto a empresa tinha 201 empregados por aeronave, a Gol tinha 85, conforme dados da tese de doutorado do professor de engenharia da produção na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Antonio Henrique de Araújo Jr.

Durante décadas a empresa monopolizou o mercado brasileiro de vôos internacionais. No início da década de 1990, outras empresas tentaram abocanhar uma fatia do bolo, mas fizeram escolhas condenáveis. Foi o caso da Vasp, que tinha saídas regulares para Atenas, na Grécia. Já a TAM fez um estudo de rentabilidade e, a partir de 1998, estabeleceu linhas para Miami e logo em seguida para Paris com grande rentabilidade.

Desde 1999, a Varig trabalha com déficit operacional, ou seja, colocar os aviões em vôo dá prejuízo (64% das dívidas da empresa são com o governo). Ex-dirigentes da companhia acusam o governo federal pela crise da empresa, que hoje detém apenas 19% do mercado doméstico. Sua origem estaria na defasagem dos preços das passagens durante os governos dos presidentes Fernando Collor e José Sarney. Além disso, a Varig teria sido usada como instrumento da política externa do país ao operar rotas deficitárias para África e América Latina.

Os leitores devem ter acompanhado a longa agonia da Varig pelos noticiários, mas um fato parece ter passado despercebido. Ao criticar a cobertura do episódio em artigo publicado no Observatório da Imprensa, o jornalista e professor de marketing eletrônico da Universidade Metodista de São Paulo, Armando Levy, levanta a hipótese de que a empresa NV Participações,



A Anac deve seguir as diretrizes do Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac),

que tentou arrematar a Varig no leilão judicial, na verdade seria controlada por ex-funcionários da empresa e consultorias. A firma, conhecida pelo nome Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), estaria de olho nas comissões de falência. Segundo o autor, a tomada de decisão seria feita por duas consultorias e não pelas associações de trabalhadores. O problema, sugere o jornalista, é que as duas consultorias teriam assinado contratos com o TGV se comprometendo a conseguir recursos para a Varig mediante a cobrança de porcentagens que variam de 2,5% a 10%. “Ou seja: as consultorias GGR Finance e Invest Partners nunca tiveram como objetivo recuperar a Varig. Sua principal motivação, claramente definida nos contratos que firmaram com o TGV, é ganhar comissões sobre recursos aportados à empresa.” No texto, Levy lembra que, apesar de todas as evidências em contrário, o TGV teria insistido em transformar o fundo de pensão dos trabalhadores (o Aerus, que tem 2 bilhões de reais em caixa) em investimento direto na companhia. Caso fosse adiante, as consultorias receberiam cerca de 200 milhões de reais.

Apelo Não só por conta da Varig, ao abrir o 2º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, no mês passado, o presidente da República não poupou críticas ao modelo da aviação civil brasileira. Luiz Inácio Lula da Silva disse que é preciso estabelecer uma nova dinâmica no setor, porque a atual, segundo ele, é antiga, velha e precisa ser superada. Lula acredita que é necessário pensar numa “revolução” do transporte aéreo regional do Brasil. Ele considera inaceitável o fato de um turista estrangeiro que chega ao país com o intuito de ir, por exemplo, para a Amazônia ter de fazer conexões em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Lula afirma que a dinamização do sistema de transporte aéreo passa, necessariamente, pela ampliação do número de destinos, com a remodelação e o aumento das rotas existentes. Ao final do encontro, o presidente solicitou mudanças no sistema de transporte aéreo ao ministro do Turismo, Walfrido Mares

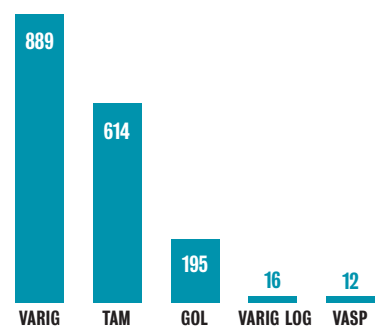
Os 10 aeroportos mais movimentados do país

Ranking	Aeroporto	Passageiros	Aeronaves
1	Congonhas	7.470.230	96.050
2	Guarulhos	6.822.829	65.299
3	Brasília	4.175.623	53.369
4	Galeão	3.936.588	43.070
5	Salvador	2.231.001	37.833
6	Recife	1.697.883	24.318
7	Porto Alegre	1.545.615	23.738
8	Confins	1.497.929	18.326
9	Curitiba	1.421.646	23.953
10	Fortaleza	1.286.773	18.313

Fonte: Infraero (mês: maio/2006)

Despesas com leasing e arrendamentos – 2004

(em R\$ milhões)



Fonte: DAC

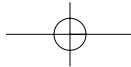
Guia, e a representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Infraero e da Aeronáutica.

O apelo veio em boa hora. Há décadas o governo brasileiro simplesmente não tem um plano estratégico para o setor. Apenas ações pontuais entram em vigor, mas não há nenhuma iniciativa de longo curso nem em discussão e muito menos em andamento. “A crise não tem origens apenas no cenário econômico atual. O governo brasi-

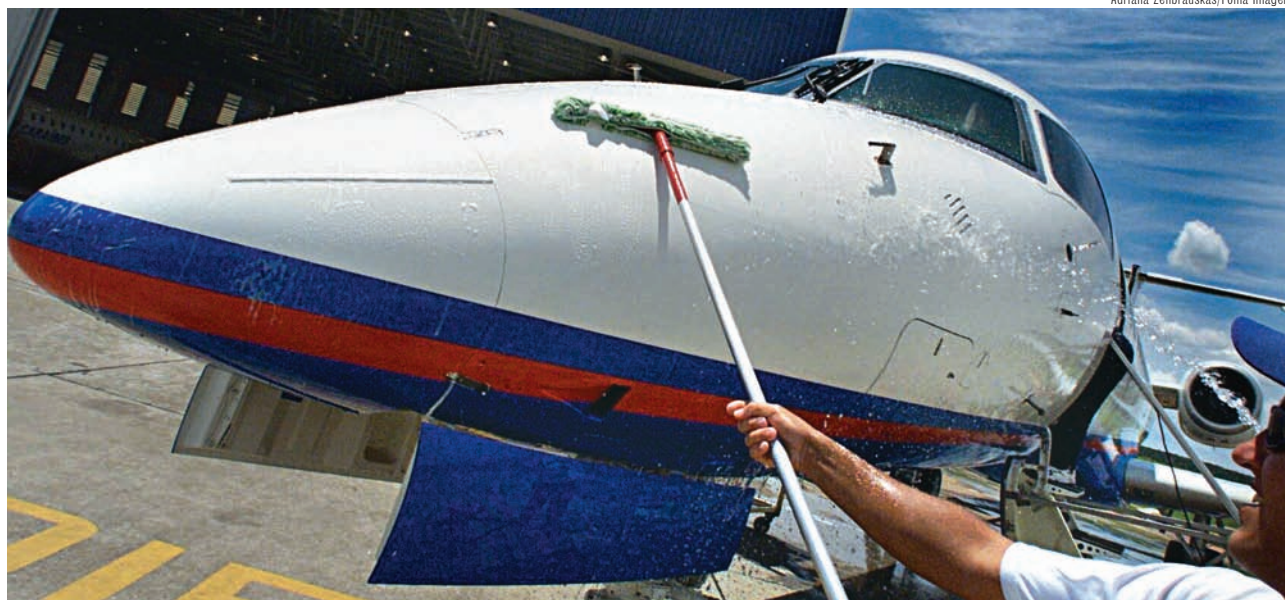
leiro deveria subsidiar o setor, assim como fazem Estados Unidos e Europa”, sugere a presidente do sindicato dos aeronautas. Segundo ela, ao passo que no Brasil os encargos tributários do setor chegam aos 36%, nos Estados Unidos o valor não ultrapassa 7% e na Europa 16%. O preço do combustível é outra barreira a ser vencida. Quando uma aeronave de bandeira estrangeira abastece em aeroportos brasileiros fica isenta dos impostos locais, ao passo que os aviões brasileiros têm de pagá-los. “Nesse ponto específico, há dois graves problemas a serem vencidos. A oscilação do preço do querosene, que varia a cada quinze dias, impedindo qualquer tipo de planejamento; e o custo tributário, que representa 70% do preço do combustível”, ressalta o presidente da Federação dos Aeroclubes do Rio Grande do Sul, Roberto Carvalho Neto. Os empresários poderiam contar com valores até 20% mais baratos caso fossem aprovadas leis específicas para a aquisição de combustível para vôos domésticos.

Baixo custo Durante muito tempo, voar era sinônimo de status, e as companhias sabiam explorar bem esse aspecto. Tapetes vermelhos logo na entrada, aeromoças atenciosas e um verdadeiro banquete durante os vôos mais longos enchiam de satisfação o ego dos clientes. Medidas simples, como trocar os brioques por barras de cereal, poderiam baratear significativamente o custo das viagens. “Eu me lembro bem de jantar salmão defumado com vinho importado em viagens noturnas pelo país, isso não faz sentido. Restaurante é restaurante, companhia aérea é companhia aérea”, frisa o consultor Sampaio ao falar das mudanças adotadas pelos novos empresários. No exterior, determinadas empresas radicalizaram: a americana Delta vende as refeições durante vôos mais longos.

Alguns dirigentes do setor perceberam que, como dizia a propaganda de cerveja, os passageiros estão ali para voar, não para comer e se informar. Então, cortaram a distribuição de jornais, as refeições e até a emissão de bilhetes em papel de luxo. São



especialmente a que afirma que liberdade tarifária não significa liberalidade



Adriana Zehbrauskas/Folha Imagem

Reformas realizadas pela Infraero nos aeroportos geraram cerca de 50 mil empregos

as conhecidas empresas de baixo custo, as chamadas *low cost carriers*. A idéia foi tão bem-aceita pela clientela que, em cinco anos, a Gol elevou seus proprietários ao seleto grupo dos bilionários citados pela revista americana *Forbes* entre os mais ricos do mundo – a fortuna do proprietário, Henrique Constantino, é estimada em 1,1 bilhão de dólares.

No entanto, há quem critique tais iniciativas. Graziella Baggio, do sindicato dos aeronautas, diz que as práticas da Gol durante os primeiros seis meses de operação não passavam de *dumping*. “O que eles fizeram foi vender passagens a 50 reais durante seis meses para se consolidar no mercado. Depois disso começaram a cobrar valores reais pouco abaixo da concorrência.” Essa não é a única crítica que se faz ao nada ortodoxo modelo da Gol. “O que elas fazem é vender 120 dos 126 assentos a preços regulares e colocar a meia-dúzia de vagas restantes a preços chamativos, como 25 ou 50 reais. É uma estratégia para se estabelecer, mas é enganação total.” Sampaio também critica. “Isso é propaganda enganosa. Deve haver transparência”, afirma. A Fundação de Proteção e Defesa do Con-

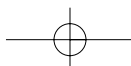
sumidor (Procon-SP) notificou a companhia no final de junho deste ano a fim de averiguar como eles reservam e contabilizam os assentos ofertados nas promoções.

Em março de 2006, o presidente da Anac, Nilton Zuanazzi, disse que iria monitorar de perto o preço das passagens aéreas para evitar “liberalidades” no mercado. Criada em setembro de 2005, a Anac é vinculada ao Ministério da Defesa e tem por finalidade regular e fiscalizar as atividades da aviação civil e a infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária. O novo órgão substituiu o DAC. Zuanazzi afirmou que a Anac vai seguir as diretrizes do Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac), especialmente a que afirma que liberdade tarifária não significa liberalidade. “É possível perceber se os preços estão exagerados ou, ao contrário, se estão baixos demais, o que poderia caracterizar prática de *dumping*.”

A Anac estuda a possibilidade de trabalhar com limites as chamadas “bandas tarifárias”. Zuanazzi disse, no entanto, não acreditar que esteja havendo uma guerra de preços. Para ele, a ampliação da demanda, verificada especialmente no decorrer do ano passado e estimulada pela valorização

do real, fez com que o preço das tarifas tenha diminuído. “Os preços médios estão caindo em função de uma política de ocupação da oferta”, disse.

Não dá para reclamar da movimentação governamental em termos de infraestrutura: parece haver uma sintonia entre regras de mercado, a fim de aumentar a demanda, e a melhoria da infra-estrutura para suportá-la. De 2003 para cá, a Infraero concluiu a realização de 19 grandes obras em 15 aeroportos do país, gerando cerca de 50 mil empregos diretos. No cardápio, ampliação, reforma e construção de terminais de passageiros e de cargas, pistas de pouso e pátios de aeronaves, entre outros. É o resultado de quem administra 67 aeroportos, 81 unidades de apoio à navegação aérea e 32 terminais de carga. O país conta com infra-estrutura e há milhões de pessoas dispostas a desembolsar um bom dinheiro para viajar. Agora, que o governo deixou de ser um grande padrinho das companhias aéreas, fica ainda mais claro que é preciso garra para competir, idéia que nem sempre esteve na mentalidade do empresariado do setor. Que os céus tragam novos ares para suas gestões. **d**



Fundos Constitucionais



Divulgação

Nos últimos anos, percebe-se uma elevação na rigidez orçamentária e uma deterioração no volume de investimento estatal. Nesse ambiente, uma aplicação mais eficaz dos recursos públicos torna-se cada vez mais importante. No entanto, apesar da evolução técnica do Tribunal de Contas da União, órgão externo ao Poder Executivo federal, responsável pela avaliação dos investimentos federais, o governo continua aplicando seus recursos sem a devida quantificação de eficácia.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em convênio firmado com o Ministério da Integração Nacional (MI), promoveu uma avaliação pioneira dos resultados da aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) – que afetam as regiões menos desenvolvidas do país. A verificação foi feita com base na comparação entre firmas beneficiadas e não-beneficiadas por esses Fundos Constitucionais.

Como nessa avaliação foram considerados os dados contidos na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a análise envolveu apenas empresas do setor formal. Adicionalmente, em razão da utilização exclusiva da Rais, e de forma consistente com os objetivos da aplicação dos recursos do FNE e do FNO, duas variáveis foram tomadas como referência: as taxas de variação do número de empregados e do salário médio pago pelas firmas.

Os resultados a destacar são os seguintes. Em nenhuma circunstância foi possível apontar impacto positivo da aplicação dos recursos dos fundos, no caso da taxa de variação do salário médio pago pelas firmas. Contudo, no que diz respeito à variação do número de empregados, foram detectados benefícios decorrentes do investimento de valores provenientes do FNE e do FNO.

É válido mencionar que, enquanto para o FNE esse resultado se aplica ao período 1995-1998, para o FNO refere-se ao período 2000-2003. Ademais, percebe-se uma vantagem relativamente maior no caso do FNE, ao analisar a magnitude do impacto da aplicação dos recursos nas firmas financiadas e nas não-beneficiadas pelo FNE

(1995-1998) e pelo FNO (2000-2003). Ao menos potencialmente, isso pode ser explicado pelo fato de que na década passada se verificava reduzido acesso das empresas não beneficiadas a recursos alternativos, o que conferia maior importância relativa aos fundos, e pela melhor gerência na aplicação do capital disponível no Nordeste.

Ao investigar os resultados para subgrupos específicos – setor industrial e micro e pequenas firmas –, as semelhanças das avaliações do FNE e do FNO mostram-se ainda mais robustas, o que sugere a consistência dos resultados obtidos. Mais especificamente, na verificação da aplicação dos recursos do FNE ou do FNO não é possível apontar impacto positivo sobre a taxa de variação do número de empregados nem sobre a taxa de variação do salário médio pago pelas empresas beneficiadas do setor industrial. Entretanto, considerando-se apenas micro e pequenas firmas, é possível apontar impacto positivo na taxa de variação do número de empregados, em relação a firmas não beneficiadas, de maior magnitude do que aquele registrado quando todo o universo empresarial é considerado.

Portanto, ao menos num espaço de três anos, o FNE e o FNO se revelaram eficazes na geração de empregos nas duas regiões menos desenvolvidas do Brasil. Cumpriram, pois, um de seus objetivos constitucionais.

Por fim, para que os tributos ofereçam maior retorno à sociedade, nós, do Ipea, esperamos que os gestores adotem outras iniciativas de avaliação da aplicação dos recursos públicos.

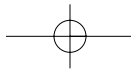
Alexandre Manoel Ângelo da Silva é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

“Ao menos num espaço de três anos os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Nordeste revelaram-se eficazes na geração de empregos nas duas regiões menos desenvolvidas do Brasil”

ECONOMIA



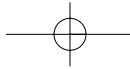
Riquezas e misérias de uma paixão nacional



Por Anderson Gurgel, de São Paulo

Com a derrota na Copa do Mundo, o Brasil, a “Pátria de Chuteiras”, acorda do sonho dos maravilhosos estádios alemães para a realidade econômica do futebol nacional. Se a seleção canarinho costuma ter uma trajetória vitoriosa nas disputas campais pelo mundo, o esporte praticado nos clubes e nos gramados locais, tem um longo caminho para encontrar o sucesso na geração de riquezas e empregos





Na disputa pela equipe nacional mais cara, a seleção brasileira ficou em terceiro

Depois de um mês assistindo aos jogos da Copa do Mundo rotineiramente, uma grande parte dos torcedores brasileiros passará por um estranhamento ao retornar à rotina do futebol no nosso país. A realidade bissexta do evento ocorrido até o dia 9 deste mês na Alemanha – onde os nossos melhores craques jogaram em campos moderníssimos e abarrotados de gente, sem que necessariamente houvesse brigas, desconforto nem atrasos – dará espaço ao nosso cotidiano futebolístico. Os estádios do nosso país, para os poucos que ousam ir até eles, não serão tão confortáveis e seguros; os jogos podem até ser bons, mas estranharemos a falta dos atletas que costumamos acompanhar.

A distinta realidade do futebol brasileiro jogado em campos locais nos faz ter claramente a impressão de que existem “dois mundos” no esporte que é a paixão nacional. Na prática, essa constatação – que até poderíamos chamar de “óbvio ululante”, para homenagear o dramaturgo e jornalista Nelson Rodrigues – reforça ainda mais o conceito de “instituição nacional” que foi dado por alguns teóricos da área para essa prática desportiva criada há séculos no Oriente, organizada pelos ingleses e “canibalizada”, reinventada, pelos que moram aqui.

Em resumo, como em outras poucas

coisas, o Brasil tem no futebol um fator de identidade. Isso, para o bem e para o mal, revela muito sobre nosso país, pois ousaríamos dizer que, nesse quesito, sofreremos de dupla personalidade. Quando nos voltamos para o impacto econômico do esporte, por exemplo, deparamos com a mesma “Belíndia” já há muito estudada. O conceito sociológico criado há vários anos para dizer que a realidade brasileira apresenta extremos entre uma ponta de pirâmide de riqueza à la Bélgica e uma base de miséria como à da Índia também se mostra na nossa maior paixão.

Na Copa do Mundo, de forma geral, vivemos um pouco do nosso lado “Bélgica”, pois tivemos em campo a presença de um time milionário, formado por alguns dos maiores jogadores em atividade. Um estudo feito por consultores da Federação Internacional de Futebol (Fifa) e publicado no site Globoesporte.com, pouco antes do mundial, avaliou a Seleção Brasileira em 235 milhões de euros. Um jogador como o Ronaldinho Gaúcho, sozinho, antes da competição, estava avaliado em 50 milhões de euros. Esses números impressionam, sem dúvida. Mas já traz uma informação bastante reveladora: a seleção canarinho não era a mais cara do mundo. Começam a surgir, em meio à riqueza, nossos problemas estruturais. Na disputa pela equipe nacional mais rica, deu a Inglaterra em primeiro e a Itália em segundo, com 246,3 milhões e 237,5 milhões de euros, respectivamente.

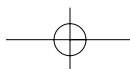
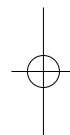
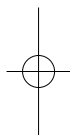
Um dos mais interessantes estudos feitos para entender a importância do futebol em nosso país foi o Atlas do Esporte no Brasil, fruto de imenso empenho de uma grande equipe de pesquisadores, capitaneada pelo professor Lamartine DaCosta. Nesse estudo, é revelado que o esporte mais amado pelos brasileiros movimentava atualmente cifras em torno de 250 bilhões de dólares anuais no mundo todo. Sendo o nosso futebol um dos melhores do planeta, seria de esperar que estívéssemos bem colocados na distribuição dessa riqueza. Mas a verdade é que, desse total, a fatia do bolo que represen-

ta a prática futebolística no Brasil não chega a 2%. Em números mais precisos, aproximadamente 3,2 bilhões de dólares.

É muito pouco de concretização financeira, se comparado ao que realizamos com a bola nos pés. Enquanto batemos um “bolão” nos campos de futebol, ainda não jogamos “uma bola redondinha” no jogo econômico desse esporte. Antes de tentarmos entender melhor algumas raízes desse problema, é importante que se diga que o que representa hoje esse esporte na economia nacional está longe de ser desprezível, mas também não faz jus à tradição que temos na sua prática.

Estigma O futebol já levou grande parte da culpa pela alienação do brasileiro. Por muito tempo, esse esporte foi praticamente ignorado academicamente, colocado como um tema secundário ou menos importante. O motivo desse desdém era o uso político-ideológico dado a essa paixão do povo. Não sem razão: historicamente, essa prática é inegável. “Desde Getúlio Vargas, os governantes usam o futebol como peça política”, lembra o pesquisador Ary Rocco Júnior, que é também doutorando em futebol e novas tecnologias pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP) e vice-coordenador da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Santo Amaro (Unisa), em São Paulo. Para Vargas, lugar de política era no campo de futebol, e ele não mediu esforços para isso, anunciando medidas de interesse trabalhista e fazendo desfiles de 1º de maio justamente nesse local. A ditadura militar soube trabalhar esse modelo de nacionalismo criado por Vargas e, na tabelinha com a seleção, criou a geração dos “90 milhões em ação”. Não teve jeito: conquistamos o tricampeonato, em 1970; a Taça Jules Rimet era definitivamente nossa, até ter sido roubada da sede da CBF, no Rio, no começo da década de 1980.

Se o uso político do futebol não pode ser negado, o esporte número 1 do brasileiro não se restringe a isso. O antropólogo Roberto DaMatta afirmou que o futebol tem a



lugar. Ela perde para a Inglaterra, primeira colocada, e para a Itália



A venda de craques do Brasil para o exterior foi a principal fonte de receita dos clubes nacionais no ano passado

O futebol movimenta cifras em torno de 250 bilhões de dólares anuais no mundo

capacidade de ensinar disciplina, regras de civilidade e conduta social às massas. E não deu outra, rapidamente o brasileiro mestiço e pobre, habilidoso, colocou ginga nesse esporte e viu nele a chance de conquistar mobilidade social. O futebol é o cartão de passe livre “para o andar de cima”. É tão comum associar jogador brasileiro à miséria que sempre que surge um craque das classes mais abastadas, causa estranhamento.

A dinâmica peculiar do futebol é ainda mais complexa e, se não movimentamos uma economia condizente com a importância histórica da nossa seleção, também não é pouco o que esse esporte gera por aqui. Segundo dados da CBF, o número de praticantes de futebol no Brasil é de cerca de 30 milhões de pessoas. Desses, são contabilizados profissionalmente 11 mil jogadores federados, 800 clubes federados e por volta de 2 mil atletas brasileiros atuando em outros países. O número de times amadores que participam de jogos organizados deve estar por volta de 13 mil.



Anderson Brito/Folha Imagem

Calcula-se que existam cerca de 300 estádios no Brasil, com capacidade para 5 milhões de espectadores

Na marca do pênalti

A Casual Auditores Independentes está terminando, neste mês, o novo relatório com a análise financeira dos principais clubes brasileiros. Antes do lançamento, foram divulgados alguns dados preliminares. Segundo o estudo, a lista dos 20 maiores times do Brasil – e que publicaram o balanço referente a 2005 – contabilizou receita de 1,05 bilhão de reais no ano passado. Esse resultado, de acordo com Amir Somoggi, consultor associado, é o melhor já registrado na história do futebol brasileiro, e marca um crescimento de 28% em relação aos valores do ciclo anterior.

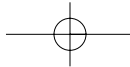
Contudo, por trás dessa evolução de receitas há uma armadilha perigosa: o resultado alcançado deve-se principalmente ao faturamento dos clubes com negociação de atletas. Esse item superou 300 milhões de reais em 2005. Entre os jogadores que foram negociados nesse período estão Robinho e Cicinho, vendidos, respectivamente, pelo Santos e pelo São Paulo Futebol Clube ao Real Madrid. Outra ação que engordou a receita foi a venda do atacante Fred, do Cruzeiro, para o Olímpic de Lyon. Entre as principais rendas apontadas, além da negociação de atletas, estão as cotas de TV e os patrocínios e publicidades.

Carlos Aragaki, sócio da Casual Auditores, reforça que a transparência acaba vindo pelas demonstrações contábeis e pelas informações que

são passadas aos conselheiros. Para ele, a medida provisória que hoje obriga os clubes a apresentarem seus resultados “pegou”. “No início, a lei deu muito pouco tempo para os gestores prepararem o balanço, e os balanços dos clubes que seguiram a lei acabaram não sendo bem-feitos”, lembra. Atualmente, os administradores têm prazo semelhante ao das empresas de outros setores para publicar seus balanços, ou seja, até o mês de abril.

“O grande problema é que não há punição para os dirigentes que não seguem essa lei”, revela Aragaki. Segundo ele, está subentendido que os presidentes de clubes que não seguem a lei podem perder o cargo ou mesmo os benefícios fiscais de isenção de impostos. Mesmo assim, não há muita clareza nessa questão, o que, obviamente, dificulta e retarda a adoção das novas normas por todos.

Entre os clubes analisados, há uma grande maioria que tem no seu status fiscal o conceito de empresa clubística, que “não visa ao lucro”. Mas há também sociedades anônimas, como é o caso do Bahia e do Vitória. Há os clubes constituídos como limitadas, como o São Caetano e o Paulista, de Jundiá. “Independentemente do perfil, eles precisam adotar práticas, ou seja, trocar a gestão clubística pela governança corporativa, para ganhar maior força econômica”, completa Somoggi.



todo. A fatia do bolo que cabe ao Brasil é de 3,2 bilhões. Menos de 2% do total

Essa nação que joga bola pratica sua fé em uns 300 estádios, com mais de 5 milhões de lugares. Isso sem falar nos poéticos campos e campinhos de “pelada”, que existem mesmo nos bolsões de pobreza mais inquietantes do Brasil – estimados em, pelo menos, 20 mil. Em consequência dessa demanda, a CBF revela que são fabricados anualmente no país 3,3 milhões de chuteiras para futebol de campo, além de 6 milhões de bolas de couro e 32 milhões de camisetas alusivas a times e ao futebol.

Para os pesquisadores do Atlas do Esporte Brasileiro, Ronaldo Helal, Antônio Jorge Soares e José Geraldo Salles, devem ser somados ainda os meros torcedores, aqueles que exercitam somente o hábito de ver os jogos de futebol sem suar a camisa. Com isso tudo, no conjunto, eles apontam que mais da metade da população tem vínculos com o futebol e faz a economia desse esporte girar. Os estudiosos chegam a dizer que a empregabilidade gerada pelo futebol é elevada. Eles apresentam dados, de 1998, já de-

fasados, e produzidos pelo extinto Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), vinculado ao Ministério do Esporte, que revelam 2.602 municípios com espaços dedicados à prática futebolística – perto de 47,3% do total do país. “Desse modo, o número mínimo de empregos diretos do esporte em questão pode ser estimado em 150 mil pessoas”, completam.

O consultor de marketing esportivo José Carlos Brunoro, que atualmente também é diretor de futebol do Programa Super Bola, do Grupo Pão de Açúcar, lembra que o cenário dos negócios futebolísticos cresce gradativamente. “Poderia ser melhor, sem dúvida, se a administração dos clubes fosse profissional”, acrescenta. Ele cita como avanços a criação da Medida Provisória 39, que versa sobre responsabilidade esportiva e obriga os clubes a publicarem seus balanços contábeis.

Outro ponto importante, para ele, é a criação da Timemania, polêmica loteria para ajudar as entidades clubísticas a saldar

as dívidas com o Estado. Aprovada no Congresso Nacional, ela está em vias de implementação. Muitos especialistas, como o jornalista Juca Kfoury, temem que ela venha a se tornar mais um instrumento mal usado na mão da cartolagem. Apesar disso, o veterano consultor é otimista. “Com tudo o que está sendo feito, em cinco a dez anos o futebol será economicamente viável”, afirma Brunoro.

Barrados Ainda mantendo no horizonte a memória recente da Copa do Mundo, vamos fazer uma provocação: qual seria o status do país se a competição na Alemanha tivesse, entre os parâmetros, a gestão administrativa do futebol? Um especialista que não hesita em encarar a questão é o coordenador de treinamento de conselheiros do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Leonardo Viegas. “Na Copa da gestão, talvez o país nem sequer se qualificasse, seria barrado no torneio classificatório”, opina.

Receitas dos clubes brasileiros com a venda de jogadores para o exterior

(em milhões de reais)



Fonte: CBF

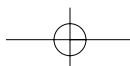
Receita total em 2005

Clube	R\$ milhões
Santos	139,6
São Paulo	113,5
Corinthians	99,4
Cruzeiro	91,1
Palmeiras	76,1
Flamengo	70,4
Atlético Paranaense	65,7
Vasco da Gama	54,1
Internacional	49,6
Coritiba	46,9

Composição média de receitas dos grandes clubes brasileiros (em%)



Fonte: Casual Auditores



Quase a metade das cinco mil cidades brasileiras tem algum campo de futebol.

Rafael Plastina, diretor de marketing da Informídia, empresa de marketing especializada em esportes, coloca em campo outro aspecto inquietante. Comentando um caso recente – a renovação do contrato da Nike com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) sem a abertura de licitação –, ele pondera que, mais questionável do que a ação de renovar sem uma consulta pública, é a falta de percepção dos gestores da importância de estratégias definidas.

“Um exemplo claro dessa típica falta de transparência do futebol brasileiro pode ser encontrado na ausência de um estudo para saber qual é o valor da marca CBF/Seleção Brasileira”, aponta Plastina. Assim, sem saber quanto vale a marca, é muito complicado falar dos contratos que são fechados. “Faltam práticas administrativas que promovam essa visão mais abrangente da gestão e, por consequência, dos negócios envolvidos.”

Daí que Viegas, do IBCG, sentencia que um pouco de melhores práticas faria um bem enorme ao mundo dos combalidos clubes de futebol brasileiros. O que existe atualmente é um histórico de gestões desastrosas, inoperância e corrupção. “Essas entidades esportivas poderiam ganhar força caso adotassem os princípios que norteiam boa parte do empresariado em todo o mundo, especialmente as corporações de capital aberto”, acrescenta.

Renovação Hoje, mesmo algumas empresas de capital fechado inspiram-se nas políticas da governança corporativa, tanto para criar um meio de trabalho mais eficiente e aberto quanto para dotar sua gestão de valores importantes, como transparência e equidade. E o que tudo isso tem a ver com futebol? Tudo. Principalmente se quisermos manter a contínua renovação dos clubes e a geração de novos craques. Além do que a fragilidade dos clubes brasileiros faz com que nossos melhores talentos voem cada vez mais cedo para o exterior, esvaziando a força dos campeonatos locais.

Amir Somoggi, consultor de negócios associado à Casual Auditores, comenta que

Para entender mais sobre os negócios do futebol

Em ritmo de Copa, as editoras capricharam e lançaram vários livros abordando os aspectos econômicos do futebol e as relações entre esse esporte e o mundo corporativo. Conheça alguns deles:

- **Formando Equipes Vencedoras - Lições de Liderança e Motivação: do esporte aos negócios**, com depoimentos de Carlos Alberto Parreira a Ricardo Gonzalez (Editora Best Seller)
- **Futebol para Executivos - Como aplicar as táticas do futebol nas empresas**, de Edson Rodriguez (Editora Verus)
- **Jogada de Marketing - Aplicando as táticas do futebol à gestão empresarial**, de Alexandre Luzzi Las Casas (Editora Saraiva)

não importa o modelo de gestão adotado por determinada associação futebolística, com melhores práticas e transparência os resultados vão gerar mais negócios. Ele ainda acrescenta que um clube tem a seu favor a paixão e o entusiasmo de seus torcedores. Outras empresas precisam criar essa relação. “Mesmo que o clube não tenha como objetivo final o lucro, mas sim a satisfação do torcedor e a conquista de títulos, a adoção de governança ajuda a mudar o paradigma administrativo”, diz.

Dentro disso, Viegas traduz como poderia ser o futebol brasileiro renovado pelas melhores práticas. Na concepção dele, há quatro jogadas que as entidades ligadas ao futebol precisam treinar para que o Brasil bata um bolão na gestão do esporte. A primeira jogada é transparência. Nesse ponto, o que está em jogo é a adesão maciça à lei que obriga que clubes publiquem seus ba-

lanços, regulamentação que ainda não é obedecida por boa parte das agremiações esportivas de nosso país, especialmente as pequenas.

A segunda fundamentação administrativa importante é a prestação de contas. “Nesse caso, falamos da atitude do administrador em dar satisfação aos associados”, explica Viegas. Segundo ele, os dirigentes brasileiros precisam se habituar a dar esclarecimentos. No modelo atual, há uma perda de confiança muito grande no dirigente esportivo, o que inevitavelmente se reflete nos negócios do clube.

Já em terceiro lugar, os dirigentes precisariam adotar o conceito de equidade. Dentro dos parâmetros de governança, esse item visa evitar que haja privilégios para alguns em detrimento de outros. “É o caso de promover a igualdade de direitos e oportunidades mesmo”, explica Viegas. Segundo ele, é a crença nesse quesito que vai valorizar a empresa. Nesse ponto se fala, por exemplo, de eleições e concorrências abertas e claras.

Por fim, a quarta jogada a ser ensaiada no campo dos negócios do futebol é a responsabilidade corporativa. Nesse ponto, explica Viegas, as melhores práticas do clube estão alinhadas com conceitos como compromisso social. Como poucos outros casos, o futebol tem um vínculo de importância enorme com a sociedade. “Acredito que, se o futebol se tornar referência para a sociedade, ele vai contribuir para levar a outros setores a importância da ética e da responsabilidade social”, comenta.

Segundo ele, isso seria uma forma de afetar a sociedade positivamente, contribuindo para a mudança de hábitos e comportamentos sociais. Em outras palavras, um segmento de mercado como o futebolístico, que tem grande força sociocultural, ao desenvolver novos modelos calcados em melhores práticas e compromisso social, não somente se torna mais forte como também funciona como paradigma a ser seguido por toda a sociedade. Taí um título fundamental que o futebol brasileiro precisa alcançar. **d**

Estima-se que esse esporte gere, no mínimo, 150 mil empregos diretos

Fernando Santos/Folha Imagem



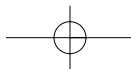
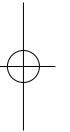
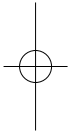
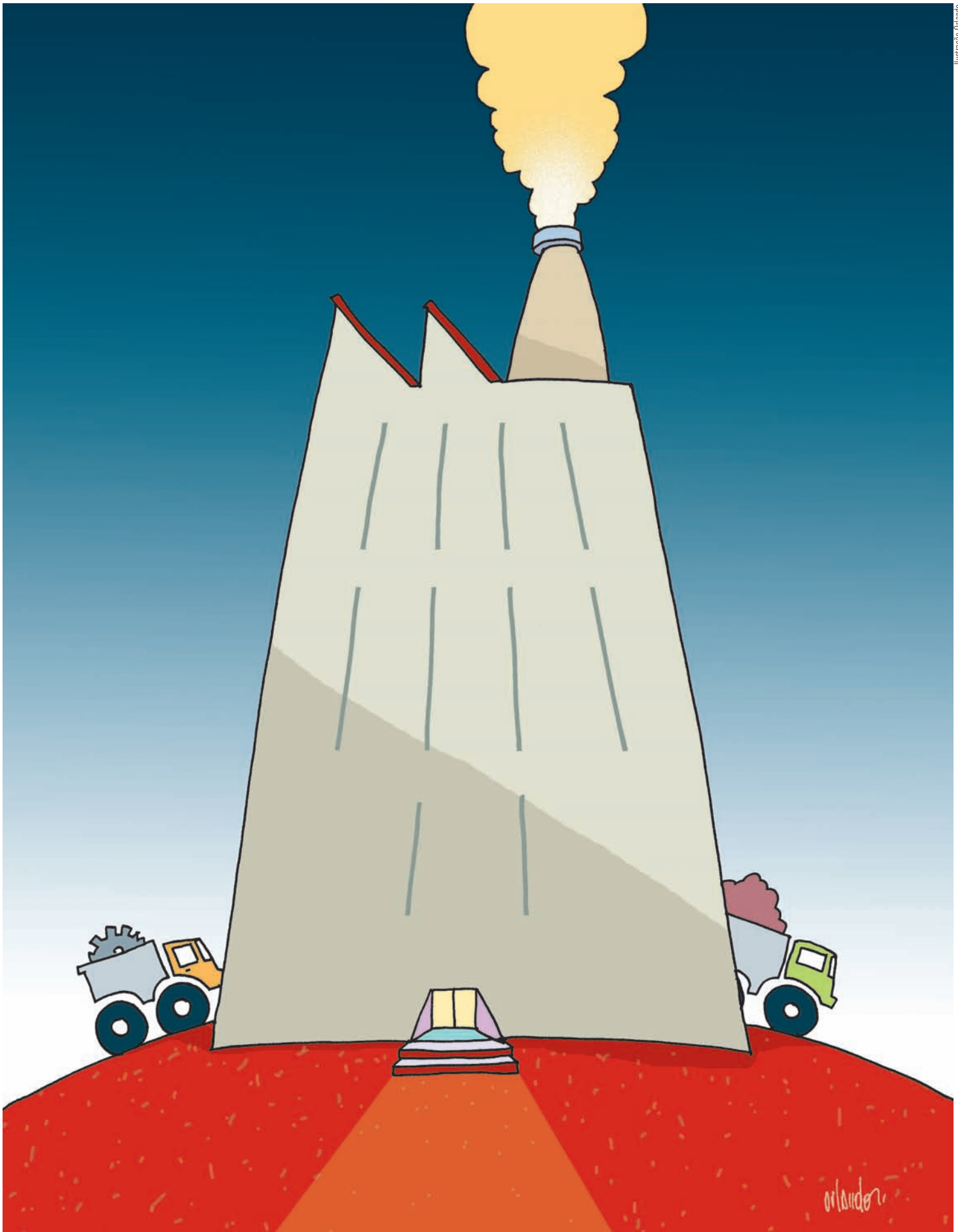
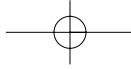
Existe uma medida provisória obrigando os clubes a divulgarem seus balanços, mas muitos não cumprem a lei. O São Paulo sempre publicou sua contabilidade

O empresariado brasileiro demonstrou confiança no futuro e investiu em máquinas para aumentar a capacidade de produção. Porém, o real valorizado e a alta taxa de juros acabaram estimulando a importação dos bens de capital e o crescimento do setor ficou aquém do esperado

Alavancas do crescimento

Por **Ottoni Fernandes Jr.**, de São Paulo

A boa notícia pode não ter sido notada por quem não é versado em economês, mas foi considerada auspiciosa pelos técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que analisam minuciosamente o funcionamento da economia para prever seu comportamento futuro. No primeiro trimestre deste ano, a Formação Bruta do Capital Fixo (FBCF) cresceu 9% em comparação com o mesmo período de 2005. Foi um avanço e tanto, pois de janeiro a março de 2005 a FBCF subiu apenas 2,3%, comparado com o primeiro trimestre de 2000 (leia tabela na pág. 44). Mas como um indicador com nome tão complicado pode servir como mensageiro de boas notícias? Acontece que a FBCF é o valor dos investimentos públicos e privados em capital fixo, ou seja, máquinas, equipamentos, edificações, rebanhos e culturas permanentes, que só aumenta quando são boas as perspectivas de que o conjunto da economia está para entrar numa trajetória de crescimento. Um empresário do setor privado só compra máquinas e equipamentos para aumentar a capacidade de produção quando confia que haverá mercado, seja no Brasil, seja no exterior. É bem diferente – e custa muito mais caro – do que contratar mais funcionários, comprar mais matéria-prima e produzir mais com a utilização da capacidade já instalada. Nas contas do Ipea, o bom resultado da FBCF no primeiro trimestre deve contribuir com 1,5 ponto porcentual para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, uma das razões que levou o instituto a rever de 3,4% para 3,8% a previsão de crescimento do PIB.



A taxa de investimento brasileira pode chegar a 20,5% do PIB em 2006, o

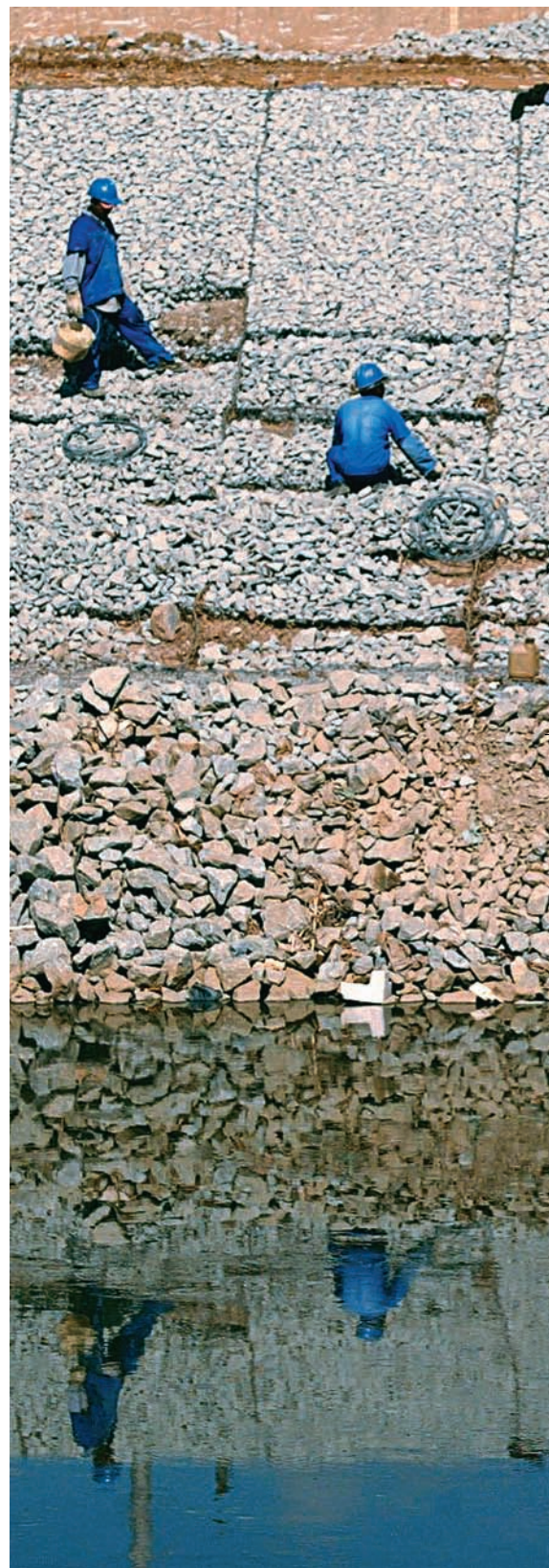
Uma conjunção de fatores empurrou os investimentos no aumento da capacidade de produção, explica Paulo Levy, Diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea: “A redução da taxa de juros, as boas perspectivas da economia, a queda do preço das importações e a diminuição da carga tributária para a compra de máquinas e equipamentos contribuíram para o crescimento da FBCF”. O investimento em máquinas e equipamentos cresceu 12,9% no primeiro trimestre de 2006 *versus* 2005, puxado basicamente pelas importações, que aumentaram 33,6%, em volume. Com os investimentos em ritmo acelerado já existem filas para comprar escavadeiras destinadas à mineração, que cresce aceleradamente graças ao aumento da demanda internacional por *commodities* como o minério de ferro, sobretudo devido à expansão da economia chinesa. Produtores e importadores de máquinas e equipamentos para os setores de geração de energia, petróleo e gás ou papel e celulose também vivem uma época de ouro. Quase sempre são máquinas com preços na casa dos milhões de dólares e encomendadas com bastante antecedência.

Construção O comportamento do setor de construção civil – que cresceu 6,9% no primeiro trimestre – surpreendeu positivamente os pesquisadores do Ipea. “Nem mesmo os empresários do ramo esperavam um resultado tão vigoroso. Ele foi impulsionado por iniciativas de incentivo à construção adotadas pelo governo no ano passado, mas que só produziram efeitos no começo deste ano”, explica Mérida Medina, consultora do Ipea. O Boletim de Conjuntura do Ipea aponta algumas medidas que deram um empurrão na construção civil: a Lei nº 10.0971, de dezembro de 2004, que garantiu maior segurança para as empresas que investem na construção e na incorporação de imóveis ao criar a alienação fiduciária e permitir a retomada do bem caso o comprador não pague as prestações; e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados

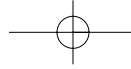
para material de construção, que passou a vigorar no final de 2005. Tudo isso contribuiu para que o volume de financiamentos para a compra de imóveis chegasse a 2,4 bilhões de reais no primeiro quadrimestre deste ano, com aumento de 72% sobre o mesmo período de 2005. Na avaliação dos técnicos do Ipea, essas medidas surtiram maior efeito “diante da perspectiva de uma trajetória consistente de queda dos juros”. Como a construção civil é um setor que usa mão-de-obra de forma intensiva, o impulso do investimento deverá ajudar a diminuir o desemprego. Já a produção de máquinas e equipamentos usa tecnologia de forma intensiva e não gera tantos empregos.

Diante do bom desempenho do setor de construção civil e das compras de bens de capital, o Ipea reviu a previsão de comportamento da FBCF para 2006, feita em março, que indicava crescimento de 5,8% no ano; agora aponta para aumento de 7,8%, o que elevaria a taxa de investimento para até 20,5% do PIB. Isso representaria o melhor resultado desde 1994. No ano passado, a taxa de investimento foi de 19,9% do PIB. A taxa de investimento mede a FBCF como proporção do PIB.

O impacto dos investimentos em máquinas, equipamentos e construção sobre o comportamento futuro da economia explica porque o setor de bens de capital foi considerado estratégico para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) do governo federal. A redução da carga tributária sobre a produção industrial embutida na Lei do Bem, editada no final de 2004, foi a forma de fortalecer os negócios das empresas de bens de capital. Outra medida foi ampliar as linhas de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a criação, em 2004, do Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq). O programa abriu uma opção de financiamento para a compra de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, com valor acima de 10 milhões de reais, com taxa de



O comportamento do setor de construção civil, em

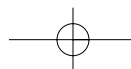


melhor resultado desde 1995, graças ao aumento de compras de bens de capital

Tuca Vieira/Folha Imagem



2006, surpreendeu positivamente. O investimento cresceu 6,9% no primeiro trimestre impulsionado por iniciativas de incentivo adotadas pelo governo



É forte a demanda interna por bens de capital sob encomenda, proveniente de

juros fixa de até 13,95% ao ano, incluída a remuneração da instituição financeira repassadora do crédito. Veio se somar à Agências Especial Financiadora de Máquinas e Equipamentos, mais conhecida como Finame, tradicional linha de crédito que difere do Modermaq porque opera com custo financeiro determinado pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida da remuneração do BNDES (de 1% a 3% ao ano), da taxa de intermediação (até 0,8% anuais) e da comissão do banco repassador (até 4% ao ano).

Apesar do sinal verde para abrir os cofres, o BNDES não tem conseguido cumprir as metas de empréstimos para a compra de bens de capital, por falta de clientela. De janeiro a maio, as liberações do Finame para a indústria totalizaram 689 milhões de reais, com queda de 9% em relação ao mesmo período de 2005. O valor total dos financiamentos do BNDES para a indústria nos cinco primeiros meses do ano foi de 6,3 bilhões de reais e ficou 16% abaixo do realizado no ano passado. Também caíram 4% as liberações para o setor de infra-estrutura.

Na avaliação de Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as empresas não tomam recursos no BNDES para ampliação da capacidade instalada porque o custo do dinheiro ainda é muito alto, especialmente quando comparado ao vigente no exterior. “Não adianta o governo diminuir a tributação sobre a compra de bens de capital, que vai repercutir numa queda de 3% ou 4% no custo final, quando o empresário paga de 14% a 17% anuais para obter um financiamento do BNDES.” O presidente da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, também reclama do alto custo do crédito do BNDES, especialmente para a compra de bens de capital, e foi um dos defensores da redução da TJLP. Ele defendia que a taxa deveria cair para 7% anuais, mas o Conselho Monetário Nacional – forma-

Investimento em alta

Variação da formação bruta de capital fixo (em %)

	1º trimestre	
	2005	2006
Total	2,3	9,0
Construção	0,7	6,9
Máquinas e equipamentos	-0,8	12,9
Produção	5,9	6,9
Exportação	42,3	8,0
Importação	22,8	33,6

Fontes: IBGE, Funcex. Elaboração: IPEA

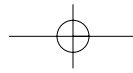
do pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do Banco Central – foi mais cauteloso e baixou a TJLP para 7,5% na reunião do final de junho, o que o presidente do BNDES, Demian Fiocca, considerou uma decisão que demonstra estar a inflação sob controle. Atualmente, um empresário que compra máquinas e equipamentos no exterior paga cerca de 4% ao ano, segundo Francine. Mas está sujeito ao risco da variação cambial, já que contrai uma dívida em moeda estrangeira.

A queda da TJLP poderá incentivar a compra de bens de capital pelo BNDES, especialmente aqueles produzidos em série, como máquinas-ferramentas ou material de transporte. Mas a direção do banco ainda não respondeu a uma das principais diretrizes da PITCE para o setor de bens de capital, que propõe a criação de linhas para financiar o projeto, a produção e a compra de bens sob encomenda. É o caso, por exemplo, de turbinas para usinas hidrelétricas, laminadoras de aço para siderurgia, máquinas para a produção de papel e celulose. A criação dessa nova alternativa de crédito seria importante para fortalecer um setor que é estratégico para a economia, afirma Godoy, da ABDIB, “pois o valor tecnológico agregado dos equipamentos sob encomenda é elevado

e tem efeitos multiplicadores em inúmeros setores produtivos, como consultoria, engenharia e construção”. Mário Salerno, diretor da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) – órgão federal de coordenação da PITCE –, reconhece que o BNDES ainda não regulamentou os financiamentos de bens de capital sob encomenda, mas lembra que o banco avançou bastante ao implementar o Modermaq, que opera com taxas de juro fixas, e pode ser estimulante para quem compra bens de capital seriados.

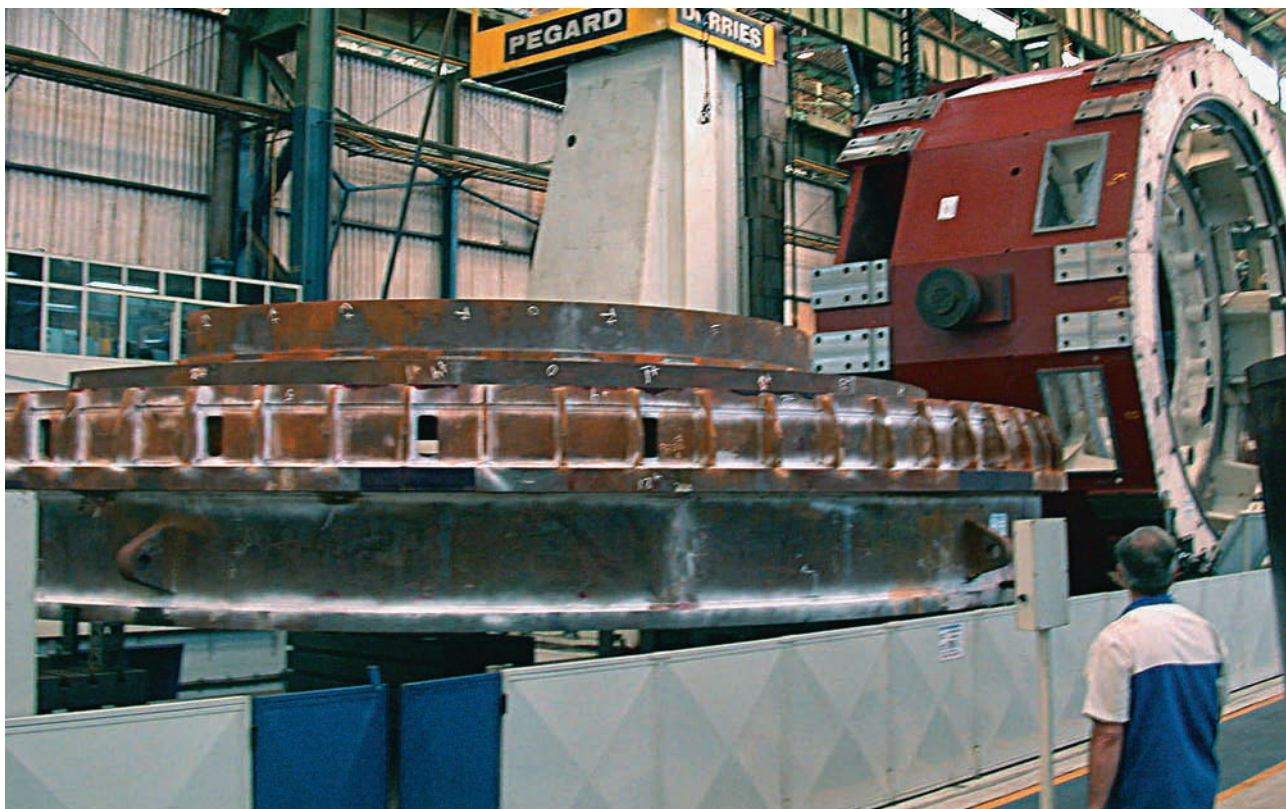
Para Godoy, da ABDIB, o governo precisa avançar ainda mais no apoio à indústria de bens de capital, especialmente aqueles feitos sob encomenda, e cobra uma desoneração fiscal emergencial enquanto não é aprovada uma reforma tributária consistente. “A desoneração dos investimentos do setor produtivo não pode continuar a ser feita por milhares de pequenas medidas, é imperativo uma reforma tributária profunda e horizontal.” Ele defende que isso contribuirá para restaurar a competitividade da indústria de bens de produção, que tem sido prejudicada pelos custos excessivos da tributação, do trabalho e do capital, além de ter perdido fôlego devido à valorização do real, argumenta. Francisco Pires de Souza, economista do BNDES, reconhece que o câmbio favorece a importação de bens de capital, mesmo os equipamentos seriados. É o caso, por exemplo, de máquinas injetoras de plásticos importadas da China e que têm tomado o lugar das produzidas por aqui, por exemplo.

Exportação Maurício Mendonça Jorge, coordenador de competitividade industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), observa que nem todas as áreas estão aumentando a capacidade instalada. É forte a demanda interna por bens de capital sob encomenda proveniente de setores como siderurgia, mineração, papel e celulose, petróleo, gás e álcool, mas muito fraca na agropecuária. Por isso, as empresas de máquinas e equipamentos que não

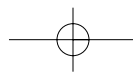


setores industriais, como siderurgia e mineração, mas muito fraca na agropecuária

Fotos Divulgação Voith



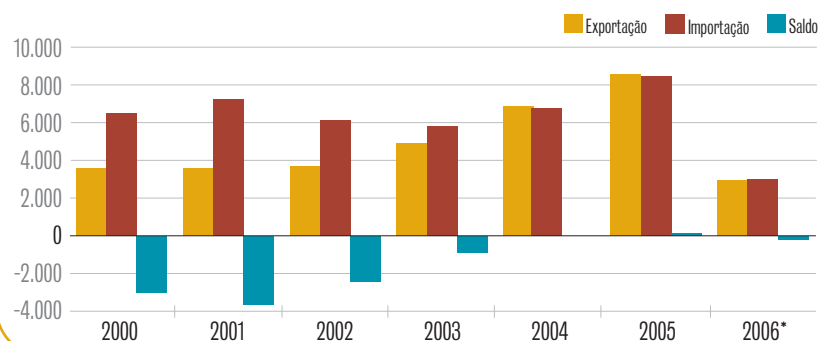
Linha de montagem de turbinas para usinas hidrelétricas, na fábrica da multinacional Voith, em São Paulo



As importações de bens de capital estão crescendo mais do que as exportações

Comércio exterior de bens mecânicos

(em milhões de dólares)



(* até abril
Fonte: Abimaq)

Variação da produção de bens de capital (em %)

	Abril 2006/2005	Acumulado...	
		...até março	...até abril
Para Fins Industriais	-7,1	0,4	-1,6
Seriados	-7,4	-1,4	-3,0
Não-Seriados	-5,0	11,7	7,5
Agrícolas	-18,6	-17,5	-17,8
Capital para Construção	8,1	21,4	17,8
Para o Setor de Energia Elétrica	28,6	45,0	40,8
Equipamentos de Transporte	-6,9	-1,4	-2,8
Uso Misto	5,0	17,4	14,1
Total de bens de capital	-0,3	9,2	6,7

Fontes: IBGE. Elaboração: IPEA/Dimac

foram beneficiadas pelo aquecimento da economia tiveram de apelar para o mercado externo e buscar a exportação. De fato as estatísticas da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) registram um forte aumento das exportações de máquinas, ferramentas e peças de reposição – sem contar material de transporte e equipamento, máquinas e aparelhos para escritório –, que aumentaram 130% em cinco anos e passaram de 4,4 bilhões de dólares em 2000 para 10,1 bilhões no ano passado (veja gráfico aci-

ma). Como as importações só cresceram 13% no mesmo período, o déficit da balança comercial dessa linha de produtos caiu de 5,2 bilhões de dólares em 2000 para 755 milhões em 2005. O maior crescimento das exportações ocorreu no segmento de maquinaria industrial, pois as vendas ao exterior passaram de 1,4 bilhão de dólares em 2000 para 3,7 bilhões em 2005. Políticas públicas de fomento às exportações, redução da burocracia aduaneira e incentivos fiscais para as empresas exportadoras foram fatores que, segundo Jorge, permitiram o aumento das expor-

tações do setor de bens de capital.

Ao longo de 2006, porém, esse quadro pode ter mudado. A recente valorização do real prejudicou as exportações e estimulou as importações de bens de capital mecânicos. Os números do comércio exterior apurados pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) comprovam que as importações cresceram 17,7% nos primeiros quatro meses deste ano comparados com o mesmo período de 2005, enquanto as exportações só aumentaram 9,3%. Assim, houve déficit comercial de 80 milhões de dólares e a projeção da Abimaq é que possa chegar a 500 milhões de dólares ao final do ano.

O grande volume de importação acabou jogando água fria no aquecimento do setor de bens de capital. Os números da produção industrial até o mês de abril levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e analisados pelo Ipea revelam essa queda. No primeiro trimestre de 2006, comparado com o mesmo período do ano passado, o aumento da produção tinha sido de 9,2%, mas quando se considera também abril o crescimento comparado com 2005 cai para 6,7% (leia tabela ao lado). No quarto mês deste ano, a produção de bens de capital para fins industriais caiu 7,1% em relação ao mesmo período no ano passado (leia tabela ao lado). Para Francini, diretor da Fiesp, que previa um aumento do PIB na faixa de 3,4% a 3,8% em 2006, o aumento das importações está prejudicando a indústria nacional e provavelmente isso explique a redução ocorrida em abril. As compras no exterior podem comprometer as projeções para crescimento da economia. “Os empresários só ampliam seus investimentos quando têm confiança que o país está em rota de crescimento e muitos já não acreditam nessa possibilidade.” A intuição empresariado é sensível e mudou de 2005 para 2006. Tudo indica que está na hora de fazer os ajustes necessários para manter a confiança em alta, reverter a tendência de importação e impulsionar a indústria nacional de bens de capital. **d**

O atual ciclo de expansão da indústria



Divulgação

O atual ciclo de crescimento da indústria brasileira foi antecedido por praticamente duas décadas de desempenhos favoráveis pontuais. Foram recorrentes, no passado recente, pelo menos três problemas: a restrição externa, os limites da capacidade instalada e a inflação. É importante, para entendermos o atual ciclo de expansão (iniciado em meados de 2003), detectar que fatores têm puxado a demanda efetiva.

Um aspecto é a evolução do rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas. Nota-se que a variação mensal de cada ano, em relação à do mesmo mês do ano anterior, só se torna positiva a partir de julho de 2004. Um aspecto análogo dessa questão é a evolução da população ocupada e empregada nas regiões metropolitanas. O indicador tem crescido mensalmente (em relação ao mesmo mês do ano anterior) desde 2003, tendendo a aumentar seu desempenho para patamares entre 4,5% e 5,5% em 2005. Essa é uma característica nova do atual ciclo em relação à década de 1990: o crescimento com forte ampliação de emprego.

Outro indicador é o aumento mensal (em relação ao mesmo período do ano anterior) do volume de vendas no varejo, que só se torna positivo a partir de dezembro de 2003. E mais: informações acerca da evolução das operações de crédito com recursos livres de pessoas físicas do Sistema Financeiro mostram que variação mensal é positiva e alta (da ordem de 10% a 15%) desde o início de 2003.

Esses comportamentos são interessantes por indicar que, provavelmente, a dinamização da demanda de pessoas físicas, sustentadora do ciclo de expansão industrial experimentado atualmente, se deve, por ordem de importância, ao crescimento do emprego, aumento da oferta de crédito e elevação real dos salários.

Mais um componente a ser considerado é o valor, em dólares, das exportações brasileiras. Nota-se seu crescimento após 2003, e a demanda externa provavelmente foi a responsável pelo início do ciclo expansivo. Importante, ainda, é o seguinte: durante o forte crescimento de 2004, as

exportações não arrefeceram, como em 2000.

Um último aspecto é o da Formação Bruta de Capital Fixo. Por um lado, deve-se notar que seu índice, contido no Sistema de Contas Nacionais trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra valores relativamente estagnados em 2003, crescentes desde 2004, mas com variação relativamente baixa se comparada às do varejo e das exportações.

O complexo metal-mecânico, principalmente de bens de capital e de consumo durável para exportação, liderou a reativação do crescimento após 2003. Entretanto, em 2004 o setor de bens de capital perdeu fôlego, ao passo que o de bens de consumo durável acelerou. O perfil de 2006 é bem semelhante ao de 2005: liderança mais modesta dos bens de consumo durável. O bom desempenho, dentro desse complexo, dos bens de consumo durável suscita cuidados. A história dos últimos 35 anos mostra que tal segmento tende a enfrentar problemas de realização dinâmica ao tentar crescer à frente da demanda.

A solução poderia ser encontrada se o setor de bens de capital assumisse a liderança, o que significaria não apenas expansão retroalimentadora da renda das famílias, como expansão da capacidade produtiva e maior difusão de progresso técnico. Como, entretanto, dificilmente isso ocorrerá no futuro próximo, acreditamos que a ênfase atual da importação de bens de capital deve continuar tendo como contrapartida o bom desempenho das exportações.

Luiz Dias Bahia é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

“A dinamização da demanda de pessoas físicas, sustentadora do atual ciclo de expansão industrial, se deve ao crescimento do emprego, ao aumento da oferta de crédito e à elevação real dos salários”

Onde mora a VIOLÊNCIA

A ausência de serviços públicos básicos, como educação, segurança, saneamento e saúde, estimulam a violência na periferia das metrópoles brasileiras, segundo um estudo do Ipea. Mobilizações populares provam que melhorando a qualidade de vida dos moradores é possível reduzir a criminalidade, ainda que os níveis de renda permaneçam os mesmos

Por **Ottoni Fernandes Jr.**, de São Paulo

O senso comum costuma levar as pessoas a culpar a pobreza pela violência. Assim, Manari, no Polígono das Secas, em Pernambuco, que tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as cidades brasileiras, com renda per capita de apenas 30 reais mensais, deveria ser a campeã em crimes violentos. Mas o recorde não fica com a pacata cidade do sertão nordestino, com 13 mil habitantes, mas na periferia das grandes metrópoles brasileiras, onde são piores os serviços públicos, como educação, saúde, segurança e saneamento urbano. “A pobreza da renda não serve como guia para o crime e a violência, pois um conjunto de fatores contribui para tornar os locais de moradias dos pobres das grandes cidades ambientes extremamente violentos”, indica o estudo “Moradia precária e violência na cidade de São Paulo”, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em maio último.

O trabalho, realizado por Rute Imanishi Rodrigues, mostra, com base no Censo

de 2000, que “havia aproximadamente 1,2 milhão de pessoas vivendo em favelas e cerca de 1 milhão em loteamentos precários, correspondendo, respectivamente, a 11,1% e 10,2% da população total da cidade de São Paulo.” O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 classifica as favelas e os loteamentos clandestinos como habitações subnormais e mostra que em São Paulo apenas 50% dessas residências estavam conectadas à rede de esgotos ou tinham fossa séptica, enquanto a média para a cidade era de 91%. Somente 57% dos domicílios em condições subnormais estavam em ruas pavimentadas, comparado com uma média de 86%, e a iluminação pública só beneficiava 70% das morarias, para a média de 92%. Segundo o trabalho do Ipea, “a falta de serviços urbanos básicos, tais como saneamento, pavimentação e iluminação das ruas, aliada à condição de ilegalidade/irregularidade das habitações, tende a acarretar graves déficits em outros serviços públicos, como os de educação, saúde,

proteção e segurança”.

Quando a segurança pública é ausente ou utiliza métodos ilegais e violentos, os grupos de extermínio e os justiceiros “substituem as funções de justiça e segurança que deveriam ser realizadas pelo Estado”, aponta o trabalho do Ipea. Foi o que ocorreu na zona sul de São Paulo, na década de 1980, quando o ex-policial militar Cabo Bruno, pago por comerciantes locais, exercia o papel de “justiceiro” e foi responsável por cerca de 150 assassinatos, incluindo trabalhadores que nada tinham a ver com o crime, lembra o padre James Crowe, da Paróquia dos Santos Mártires, no Jardim Ângela, na capital paulista.

Exemplo O pároco, um irlandês que chegou ao Brasil no final de 1969, quando começava a escalada de violência da ditadura militar, foi um dos principais protagonistas de um caso exemplar de mobilização da comunidade para cobrar melhoria dos serviços públicos como forma de combater a criminalidade. Em 1996, a

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco, da sigla em inglês) considerou o Jardim Ângela, no sul da cidade de São Paulo, a região mais violenta do mundo. A taxa de homicídios era de 116 pessoas por 100 mil habitantes. “Era pior do que em Cali, na Colômbia, e foi nessa época que comecei a questionar a situação, pois eu estava enterando gente diariamente, celebrando missas de 7º dia, já que cerca de 60 pessoas eram assassinadas todos os meses. E não era esse o meu papel como religioso.” O primeiro movimento foi organizar, em novembro de 1996, uma Caminhada pela Vida até o Cemitério São Luís, que reuniu 5 mil pessoas, protestando contra a violência e a ausência dos serviços públicos na região. Daí nasceu o Fórum em Defesa da Vida (FDV), que hoje congrega 200 entidades, cujos representantes se encontram, na primeira segunda-feira de cada mês, na Igreja de São Sebastião, da Paróquia dos Santos Mártires. Uma das formas de cobrança e de mobilização foi a realização de Tribunais Populares, com apoio de membros do Ministério Público estadual, em que eram encenados julgamentos, nos quais os diversos níveis de governo eram os réus, culpados pelo abandono da região. Uma das reivindicações era a proteção policial. “Somente a Rota entrava pelas ruas esburacadas do bairro e quase sempre para pegar trabalhadores que voltavam para casa”, recorda um jovem de 25 anos que participa de trabalhos comunitários no bairro, em referência à tropa das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, da Polícia Militar.

Entre os pedidos do FDV estava a construção de postos comunitários da Polícia Militar no bairro que tem atualmente 244 mil habitantes. A proposta, recorda o padre Crowe, era que cada policial permanecesse três anos na região, pois assim criaria laços com a comunidade e tomaria conhecimento da realidade local. A criação de uma polícia comunitária, sustenta o trabalho do Ipea, pode ser fundamental para a diminuição da criminalidade, citando co-



A movimentação da comunidade por melhores serviços públicos contribuiu

mo exemplo o caso de Diadema, município da Grande São Paulo, que conseguiu reduzir sua taxa de homicídio realizando profundas alterações na organização policial. “Foi ampliado o efetivo da guarda civil em 70% para viabilizar um tipo de polícia comunitária – Anjos do Quarteirão –, que realiza o patrulhamento a pé, de moto ou bicicleta e é mais acessível e disponível no atendimento à comunidade”, registra a autora.

Policiais A pressão do FDV deu resultados e hoje existem cinco bases comunitárias da Polícia Militar no Jardim Ângela, com cerca de 110 policiais, além do contingente de um batalhão (cerca de 500 policiais) que atua em M’Boi Mirim, a subprefeitura da zona sul que engloba o Jardim Ângela e o Jardim Luís (237 mil habitantes). Mas o policiamento não era o único problema da região. O desemprego, a ausência do poder público e o tráfico de drogas estavam na origem da violência no bairro, diz o Padre Crowe, que chegou ao Jardim



Ataques de facções criminosas, em São Paulo, deixaram mais de uma centena de mortos em três dias

Praça da Paz

O Jardim Ângela, na zona sul de São Paulo, foi implantado em terras dos índios guaianazes. Faz parte da subprefeitura de M’Boi Mirim (“rio das cobras pequenas”, na língua tupi), uma região de chácaras, desmembradas na década de 1950 para abrigar gente que foi trabalhar nas indústrias implantadas na região de Santo Amaro. A ocupação foi desordenada e brotaram favelas e loteamentos clandestinos, muitas vezes na beira da represa de Guarapiranga, um dos principais mananciais de água que abastecem a metrópole paulistana. As casas formaram um denso aglomerado urbano, quase sem espaço para áreas públicas e locais de lazer para a população. Num canto do bairro, junto ao Parque Estadual que protege a represa, surgiu a Praça do Alto da Riviera, uma quadra de esportes com o piso rachado, cercada de mato e que mesmo assim servia para a recreação da moçada do Jardim Ângela.

Quando a comunidade começou a se organizar, no final dos anos 1990, e a cobrar os serviços públicos a que tinham direito, nasceu a reivindicação por espaços de lazer. O Instituto Sou da Paz, organização não-governamental paulistana que fazia parte do Fórum de Defesa da Vida,

criado no Jardim Ângela para batalhar contra a violência e pelo acesso aos bens públicos, resolveu assumir a empreitada de revitalizar a praça decrépita e fazer dela um fator de mobilização, especialmente para os jovens do bairro. Era uma forma de prevenir a criminalidade e promover a cidadania, conta Marcus Góes, coordenador do projeto Pólos da Paz do instituto, que também reformou outra praça no bairro do Campo Limpo.

Conseguiram o financiamento com o Instituto Camargo Corrêa. Em setembro de 2003, puseram a mão na massa e trataram de mobilizar os mais jovens, atraindo-os para o desafio que envolvia não apenas a reforma física, mas o estímulo à participação, para ocupar o espaço de forma democrática e promover eventos esportivos e culturais. Deu certo.

Em maio deste ano, no Dia das Mães, foi apresentado um espetáculo de hip hop no palco construído na praça e 5 mil pessoas compareceram, conta a educadora Carolina Imura, do Instituto Sou da Paz, co-gestora do projeto de reforma das praças. A rapaziada do bairro pôs a mão na massa, ajudou a concretar e a pintar o piso e agora assumiu a coordenação das atividades. Caio Lima Alves, 19 anos, é responsável pela oficina de grafite e ensina outros colegas a pintar painéis em muros, o que pode garantir algum trabalho para decorar as paredes de lojas da região. Ícaro Augusto da Silva, de 19 anos, cuida da programação esportiva e já organizou um torneio de

para diminuir drasticamente o número de assassinatos no Jardim Ângela

Ângela em 1987. A mobilização da comunidade local, de organizações não-governamentais (ONGs) e dos diversos níveis de governo, coordenada pelo FDV, não foi capaz de mudar a realidade econômica, mas teve sucesso no combate à criminalidade. O fechamento dos bares mais cedo graças a um acordo entre a PM e o Ministério Público, o aumento do policiamento e a iluminação das ruas contribuíram para a queda dos assassinatos e da violência em geral.

Cada nível de governo contribuiu com uma parte, sob forte pressão da comunidade. O número de beneficiados por programa de renda mínima aumentou, o sistema de transporte público foi aprimorado e ruas foram pavimentadas. A ocupação desordenada do bairro não deixou muito espaço para áreas de convivência, mas a ação da ONG paulistana Instituto Sou da Paz (leia quadro abaixo) permitiu revitalizar uma praça abandonada. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes, que chegou a 123 em 2001, caiu para 64 em

2004. Agora o padre Crowe já não oficia tantas missas pelas vítimas do crime e tem mais tempo para se dedicar às outras atividades paroquiais, como o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), que trata de crianças vítimas de abuso sexual, ou a de Casa de Sofia, que atende mulheres que sofreram abuso doméstico. Ele continua trabalhando no combate à violência, mas aquela que acontece dentro de casa, e não nas ruas do bairro.

Empregos A mobilização da comunidade do Jardim Ângela acabou também trazendo benefícios econômicos. Quando a região ostentava terríveis recordes de assassinatos, as grandes cadeias de varejistas voltadas para o segmento de consumo popular guardavam distância do bairro. Atualmente, quem passa pelo trecho da estrada do M'Boi Mirim, no centro do Jardim Ângela, a um quarteirão da Paróquia dos Santos Mártires, encontra um forte núcleo comercial, que inclui lojas das Casas Bahia, da Marabrás e da rede de su-

permercados Compre Bem. A chegada delas ajudou a diminuir as taxas de desemprego. Foi um avanço, mas a comunidade do Jardim Ângela continua mobilizada, em torno do FDV, para reclamar da violência policial que ainda ocorre, reivindicar mais verbas para as escolas ou para a rápida conclusão das obras do Hospital Público Municipal. Enfim, como atesta o trabalho do Ipea, “as desvantagens dos mais pobres só podem ser superadas com maior acesso a recursos como educação, saúde e segurança, que, em grande medida, dependem de condições adequadas de habitação e provisão de serviços urbanos básicos”. **d**

Saiba mais:



Instituto Sou da Paz
www.soudapaz.org.br

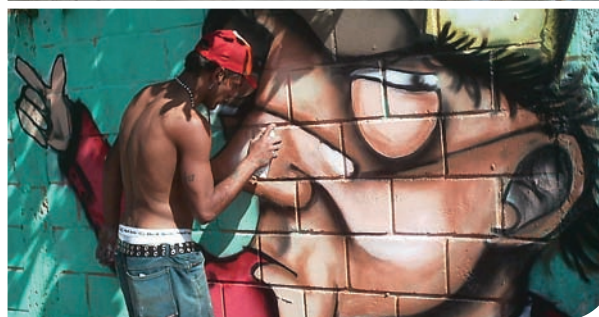
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
www.ipea.gov.br

futebol de salão. Agora eles querem montar um calendário de competições, incluindo basquete e vôlei. O pessoal do Sou da Paz concluirá sua participação de três anos no projeto em setembro próximo e depois a praça ficará aos cuidados dos moradores. Silva garante que vão pressionar a subprefeitura de M'Boi Mirim para ajudar na manutenção, mas também pretende buscar patrocínios de empresas para manter os torneios esportivos.

A mobilização para restaurar a praça serviu para fortalecer os laços entre os jovens do pedaço, conta Kleber Gomes, de 25 anos, e combater a violência. “Aqui a gente procura evitar agressões verbais e tenta resolver tudo na conversa, mas a queda nos níveis de criminalidade no bairro também ajudou muito”, explica ele, que tinha parado de estudar, mas com o apoio do Instituto Sou da Paz conseguiu uma bolsa e cursa Arquitetura na Universidade de Mogi das Cruzes. Silva também foi estimulado a continuar a estudar: vai prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para tentar se qualificar a uma vaga numa universidade particular por meio do programa Pro-Uni, do Ministério da Educação. Eles são testemunhas do valor da mobilização comunitária por melhores serviços públicos, que ainda estão em falta no Jardim Ângela, onde não existe qualquer tipo de curso profissionalizante para os jovens que terminam o ensino médio. “Sem isso, fica difícil a gente batalhar um lugar no mercado”, conclui Silva.



Foto: Ottoni Fernandes Jr.



DEBATE SEM FRONTEIRAS

Tema de junho: Segurança: para onde vamos?

Em todas as segundas e terças-feiras do mês, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) promove o evento "Debate sem fronteiras", que apresenta dois pontos de vista diversos a respeito de assuntos fundamentais para o desenvolvimento do país. Desafios publicará em todas as edições os artigos que resumem a posição defendida por cada debatedor. Os encontros acontecem no auditório do Ipea em Brasília e são abertos ao público.

Calamidade, crise e desafios

Helder Ferreira

Nos últimos 30 anos, a segurança pública tem merecido cada vez mais atenção popular, devido ao crescente número de casos de violações e ameaças à vida, à integridade física, à liberdade e aos bens dos cidadãos. Em termos econômicos, o custo do crime e da violência, incluindo despesas com segurança, justiça, saúde e perdas patrimoniais e intangíveis, é estimado em 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A situação fica mais clara quando se observa a vitimização gerada pela violência: 1) Em 2004, segundo dados preliminares do Ministério da Saúde, foram registrados 48.473 homicídios, que levaram à taxa de 26,7 homicídios por 100 mil habitantes. Numa comparação com outros 86 países, com base em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a situação brasileira só seria menos grave do que a de Colômbia, El Salvador, Rússia e Sri Lanka; 2) Segundo pesquisa de vitimização do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (Ilanud), de 2002, 35% dos entrevistados foram vítimas de algum tipo de crime em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória nos 12 meses anteriores à consulta.

Historicamente, para resguardar os direitos individuais e a ordem social, e para punir os infratores, foram constituídas as polícias, a justiça criminal e o sistema penal. No entanto, esse modelo está em crise no Brasil. Entre outros motivos porque a criminalidade violenta cresceu fortemente

nos últimos trinta anos. Saltou de 11,7 para 26,7 homicídios por 100 mil habitantes entre 1980 e 2004. Também porque a impunidade é alta. Nos casos de assassinatos, vários estudos apontam que menos de 5% dos casos terminam com alguma punição. Por fim, apesar dos investimentos constantes em criação de vagas no sistema penal, segundo dados de dezembro de 2005, do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o déficit nas penitenciárias era de 90.360 vagas, ou seja, para cada duas vagas havia três presos. A situação era ainda pior nos casos sob a custódia da polícia: para cada vaga havia sete presos. Além disso, a tendência do déficit é crescente, pois sua capacidade aumenta em ritmo menor do que o de ingresso de presos no sistema. O poder do Estado de financiar esse modelo está comprometido, entre outras coisas, porque faltam recursos para treinamento das polícias e manutenção dos espaços físicos e equipamentos; os salários dos policiais da base são considerados baixos pelos especialistas; e faltam aos presos, de maneira geral, desde atividades de reinserção social até condições básicas de sobrevivência.

Diante da grave situação, nos últimos quinze anos o governo federal tem se voltado para o problema, em grande parte, considerado responsabilidade do Estado. São importantes marcos, nesse sentido, a criação do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), em 1994; da primeira Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), em 1995; do Fundo Nacional de Seguran-

ça Pública, em 2001; e a elaboração de dois Planos Nacionais de Segurança Pública. No governo atual, começou-se inovando com a proposta de implantação de um Sistema Único de Segurança Pública, com custeio de planos de prevenção da violência dos municípios e com propostas de reformas no Judiciário. No entanto, projetos de reformas na segurança pública, como a desconstitucionalização das polícias, não foram encaminhados ao Legislativo. As razões para isso incluem os riscos inerentes a uma área em que faltam consensos básicos entre os atores políticos e na qual a urgência parece superar o tempo necessário para a colheita de resultados duradouros.

De qualquer forma, ainda não se pode notar mudança no foco tradicional de "produção de presos" nas ações do governo federal, em que pese inovações, dada a prioridade dos gastos nas polícias Federal e Rodoviária Federal. Com tantas instituições voltadas para a identificação, investigação, detenção, ao julgamento e à prisão de infratores, além do forte apoio popular e da mídia às propostas de aumento dos gastos em construção de novas penitenciárias de segurança máxima, o Estado brasileiro tem grandes dificuldades para atuar de forma coordenada, numa política integrada e ampla, de prevenção da violência para além da repressão, que atue sobre os fatores de proteção e de risco em relação à violência e que priorize as penas alternativas à prisão.

Helder Ferreira é pesquisador do Ipea

Segurança e voto

Daniel Gerqueira

Recentemente assistimos a outro capítulo da miséria da segurança pública no Brasil, quando mais de cem pessoas foram assassinadas em ataques criminosos em São Paulo. Tais acontecimentos, aparentemente isolados e muitas vezes ousados, são envoltos em situações idiossincráticas, mas cujo combustível é sistêmico, estrutural e possui uma regularidade espantosa, o que torna possível a previsão das dinâmicas criminais.

Três problemas são centrais: a impunidade; a falta de controle civil e de transparência das instituições coercitivas; e a visão dominante de segurança pública como sinônimo de polícia.

Começando pelo último ponto, obviamente as instituições policiais são peças centrais dentro do sistema de segurança pública. Contudo, reduzir um ao outro é equivalente a reduzir a segurança pública a um canal meramente coercitivo e judicial, o que, além de ser insuficiente e não efetivo, contribui para o distanciamento da sociedade na gestão e co-produção da segurança pública.

Quanto à segunda questão, centraremos atenção na urgente e necessária reforma da polícia. Uma força policial mal treinada, subvalorizada, com forte sentimento de corporativismo e enorme poder, em um sistema onde não há efetiva punição quanto ao desvio de conduta, é a senha para a desestruturação e a ineficácia do trabalho policial. Um exemplo: as polícias no Rio de Janeiro mataram, em ações regulares, em

média 1.023 pessoas por ano, entre 2002 e 2004, enquanto todas as forças policiais americanas mataram, nesse mesmo período, em média, 363 civis por ano.

Por fim, a impunidade surge como resultante dos problemas enunciados, além de outros. Para ter uma noção relativa da inoperância do nosso sistema de justiça criminal, enquanto são esclarecidos mais de 90% dos homicídios nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, no Brasil nem se sabe ao certo esse número, por quase absoluta falta de dados. Há estimativas de que a taxa seria de 7,8% no Rio de Janeiro.

Experiências internacionais no combate ao crime, como a de Bogotá, onde a taxa de homicídios por 100 mil habitantes diminuiu de 89,99 para 22,8, entre 1993 e 2004, sinalizam que há métodos eficazes para diminuir a criminalidade. Alguns elementos comuns a todas essas experiências são: a reforma da polícia, que passa a trabalhar com os conceitos de polícia comunitária e sob mais estritos controles civis quanto ao desvio de conduta; o uso de indicadores e sistemas estatísticos georreferenciados, para orientar o policiamento preventivo, e de análises benefício-custo e custo-efetividade, para auxiliar a alocação de recursos públicos; o envolvimento das comunidades para definir prioridades; e o foco na orientação e supervisão do jovem.

Por que não fazemos as reformas necessárias? A nossa hipótese é que a miséria da segurança pública no Brasil resulta de uma estratégia dominante do governante

para a maximização do voto. A necessária reforma da polícia, com treinamento e valorização profissional, de um lado, e com controle institucional e pessoal, quanto ao desvio de conduta, de outro, implicariam em: 1) perda significativa de rendimentos por determinados grupos ligados aos mercados criminais e de segurança privada e; 2) maior provisão de recursos públicos para o setor de segurança pública.

Conseqüentemente, o governante que ousasse implantar tais reformas, além de alocar recursos em setores menos visíveis eleitoralmente no curto prazo (como em polícia e presídios), teria seu governo desestabilizado por ações terroristas desencadeadas por grupos envolvidos com os mercados criminais. Como os resultados de tais políticas costumam aparecer após cinco ou dez anos, a opção estratégica dos governantes é pela continuidade do processo, pois em todo caso o fracasso da segurança pública é repartido por todos, nos âmbitos estadual, municipal e federal.

Parece-nos que o quadro da insegurança pública, para a próxima década, tenderá a seguir trajetória crescente, com episódios sazonais de crimes que chocarão a sociedade, os jornais com seus editoriais clamando por ações rápidas, a elite se segregando atrás dos blindados e condomínios fechados, e as autoridades com ações emergenciais midiáticas, formuladas em reunião de última hora.

Daniel Gerqueira é pesquisador do Ipea

MELHORES PRÁTICAS

Por Eliana Simonetti, de São Paulo



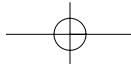
Inteligência Solidária

Onde quer que você esteja, olhe em volta com atenção. Verá, certamente, pessoas de origens diferentes. Plantas com as mais variadas características. Insetos, animais, um mosaico de diversidade. Agora amplie o que verificou, em seu pequeno campo de visão, para os mais de oito mil quilômetros quadrados do território brasileiro, nos hemisférios sul e norte, com mais de 55 mil quilômetros de águas internas, e um litoral que excede os sete mil quilômetros. Nesse espaço, inúmeros tipos de minerais e rochas; montanhas, planaltos, planícies e de-

O Centro de Referência em Informação Ambiental (Cria) constrói e mantém uma infra-estrutura que compartilha, on-line, dados sobre o mosaico da biodiversidade brasileira. Os frutos do conhecimento de milhares de pesquisadores estão ao alcance de um clique para quem quiser colaborar com a preservação da vida no planeta

pressões; clima tropical, equatorial, semi-árido e subtropical; um sem-número de seres. O país detém aproximadamente 23% da biodiversidade do planeta. Só a Amazônia conta com 34 ecossistemas, cerca de

um terço das florestas tropicais do mundo e um terço da biodiversidade global, bem como a maior bacia de água doce da Terra – e 63,7% da região amazônica estão em terras brasileiras. Essa é uma riqueza que se



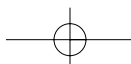
perde quando o homem age descuidadamente sobre o ambiente natural, para modificá-lo conforme seus interesses. Existe um batalhão de cientistas e pesquisadores trabalhando na tentativa de reduzir o impacto da ganância e da postura predatória, de compreender e preservar vidas que fazem falta. Trata-se de uma questão de sobrevivência da humanidade, isto é, de vida ou morte de gente, animais e plantas.

A carta escrita por Pero Vaz de Caminha, a bordo dos navios portugueses desembarcados no Brasil em 1500, já continha descrição encantada da exuberância natural brasileira. Mas deixemo-la de lado. Há uma obra espetacular, de autoria do médico e botânico alemão Carl Friedrich Philipp Von Martius, vindo ao Brasil em 1817 na comitiva que acompanhou a princesa Leopoldina, depois esposa do imperador Pedro I. Esse homem, um curioso insaciável, percorreu dez mil quilômetros em três anos, descreveu 22.767 espécies e desenhou 3.811 plantas, flores, frutos e sementes do cerrado, da caatinga e das florestas Amazônica e Atlântica. Até pouco tempo atrás, quem quisesse consultar a

obra, ainda considerada o mais completo levantamento da flora brasileira, tinha de visitar a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, ou o Instituto Martius Staden, em São Paulo. A coleção Flora Brasiliensis, com seus 15 volumes de textos em latim e ilustrações, está agora ao alcance de qualquer curioso ou interessado. Foi digitalizada, e suas informações podem não apenas ser vistas, mas baixadas para o computador do usuário, em alta resolução. A digitalização das imagens foi feita pelo Jardim Botânico de Missouri, nos Estados Unidos. O sistema foi desenvolvido e é gerenciado pelo Centro de Referência em Informação Ambiental (Cria), Organização não Governamental (ONG) com sede em Campinas, no interior paulista.

Democracia Desde a década de 1960, os cientistas usam as redes de computadores como suporte à pesquisa. Mas, nas origens, elas eram utilizadas por grupos fechados de acadêmicos que competiam entre si. O fenômeno que vem se verificando nos últimos tempos é impressionante, por reverter uma cultura que parecia imutável. “É es-

pantoso que 500 pesquisadores acadêmicos disponham-se a liberar os dados primários de suas investigações, e a compartilhar seus achados com outros”, diz José Fernando Perez, conselheiro do Cria – referindo-se apenas a um dos projetos da organização, que envolve cientistas do estado de São Paulo. Mas não são somente os paulistas que andam se conectando, democratizando o acesso a seus descobrimentos e invenções. Isso está acontecendo em todo o país, e no mundo. Essa, na verdade, é uma decisão tomada internacionalmente, em 1992, quando foi adotada a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), durante a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) de Nairóbi, aberta para assinatura no Rio de Janeiro, durante a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92. É notável que o Brasil tenha sido um dos primeiros países a dispor de estrutura legal e institucional acerca do acesso e compartilhamento de benefícios relativos aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais. O Ministério das Relações Exteriores tem ressaltado a experiência em suas



A Flora Brasiliensis, disponibilizada on-line, tem descrição de 22.767 espécies,

negociações na defesa dos direitos dos países e das comunidades indígenas e locais às suas heranças genéticas.

Pois bem. O Cria viabiliza esse processo de intercâmbio. Desenvolve ferramentas que disseminam o conhecimento científico e tecnológico e promovem a educação. Seus sites disponibilizam projetos e programas desenvolvidos nas áreas de biodiversidade e sistemas de informação. Mesmo quem não tem nenhum interesse em pesquisa científica pode passar horas viajando nos sítios do Cria. (veja quadro na pág. 58). Alguns são mais técnicos, outros mais lúdicos. Para ensinar, e difundir conhecimentos que melhorem a situação do meio ambiente brasileiro, tudo é válido.

Informações surpreendentes podem ser encontradas nos sítios mantidos pelo Cria. Depois de 12 anos de investigações em 48 parques e áreas verdes da cidade de São Paulo, constatou-se que uma das maiores metrópoles do planeta ainda abriga 433 espécies de animais, entre elas preguiças, carpas, gaviões, rãs, gambás, tatus, furões, capivaras, veados, beija-flores, cágados, cobras, lagartos e preás. Há 25 ameaçadas de extinção, como a anta, a onça-parda, a lontra, o jacaré-de-papo-amarelo e a araponga. O Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (USP), o Instituto Butantã, o Centro de Controle de Zoonoses do município e o Instituto Adolfo Lutz trabalharam na identificação. A descoberta é ainda mais espantosa quando se considera que a média paulistana de área verde é de 4 metros quadrados para cada um de seus mais de 11 milhões de moradores, enquanto a Organização Mundial da Saúde recomenda um mínimo de 12 metros quadrados por habitante. Pouco distante da megalópole, há mais. Embora a biodiversidade marinha paulista seja relativamente melhor conhecida do que a de outros locais do litoral brasileiro, foram descobertas recentemente dezenas de novas espécies de invertebrados, crustáceos e moluscos.

Aranhas Existe, no município de Cotia, na Grande São Paulo, uma reserva florestal de-



ARS/ Scott Bauer

Abelhas, como muitos outros animais e plantas do Brasil, ainda não foram catalogados pelos cientistas

nominada Morro Grande, com área de 10.870 hectares. Vivem ali 121 espécies de sete famílias de aranhas orbitelas (cujas teias, de círculos concêntricos, são feitas de fios irradiantes). “Trata-se da maior riqueza já observada para o grupo em áreas de Mata Atlântica”, escreve André do Amaral Nogueira, do Departamento de Zoologia do Instituto de Biociências da USP. Encontram-se no local, também, esquilos, gambás e tapitis. “O predomínio de espécies menores e generalistas é indício do alto grau de perturbação e do comprometimento da qualidade desta reserva”, concluíram Mônica de Faria Franco Negrão, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e Cláudio Valladares-Pádua, do Instituto de Pesquisas Ecológicas de Nazaré Paulista. Se o leitor jamais ouviu falar sobre a Reserva de Morro Grande, não se preocupe. A repórter que elaborou esta matéria vive no município de Cotia e nunca

soube de sua existência. Descobriu-a ao acessar um site interessantíssimo, da revista Neotropica, publicada pelo Cria. Só no volume 6.2 existem nove trabalhos sobre o tema. Outros tantos podem ser encontrados noutros braços da rede Cria.

Mais exemplos. Em maio, entrou no ar o site www.taxonline.ufpr.br, com imagens e informações dos museus de História Natural e Botânico Municipal de Curitiba, entre outros que compõem a Rede Paranaense de Coleções Biológicas, instalada com o apoio técnico do pessoal do Cria. A iniciativa é importante. O Museu Botânico de Curitiba tem o quarto maior acervo do Brasil. Só o herbário reúne 320 mil exemplares. “Muita coisa da nossa biodiversidade já foi devastada. Fazer coleções é uma das formas de cuidar e preservar, é base de estudo”, explica Luciane Marinoni, coordenadora do projeto. “O bom da Internet é a democratização da informação. Qualquer pessoa, instituição, crianças, jovens e adul-

e desenhos de 3.811 plantas, flores, frutos e sementes

tos podem conhecer as coleções”. Inspirado no trabalho do Cria, também o estado do Espírito Santo tem um projeto de incentivo à pesquisa, que busca a articulação e o envolvimento da comunidade científica na análise da biodiversidade capixaba, baseado em um sistema de informação. É uma tentativa de fomentar estudos sobre espécies ameaçadas e, desta forma, minorar o estrago resultante da exploração de petróleo, gás e rochas ornamentais, além da cultura do café e da produção de celulose.

Tem mais. A Secretaria de Meio Ambiente de Guarulhos, município da Grande São Paulo, tem três programas voltados à preservação ambiental. O zôo virtual contém mapa de acesso ao local e informações das instalações, além de imagens e descrição da vegetação e dos 400 animais de cem espécies, alguns ameaçados de extinção, como a onça-pintada, o gato-do-mato, o urubu-rei e a arara-azul. É simples, para que as crianças possam visitá-lo e aprender. As outras iniciativas são uma linha telefônica exclusiva para a população relatar crimes ambientais, o Disque-Denúncia (0800 7722006), e o Fundo Municipal de Meio Ambiente (Fundambiental), para investimentos em gestão e educação.

Digno de nota, ainda, é um banco de dados que acaba de ser lançado. Foi elaborado por um grupo interministerial coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para evitar que nomes como umbu, cajá, maracujá, cupuaçu, açai e pinhão sejam patenteados no exterior e dêem trabalho e despesa ao governo para reverter a situação. O banco de dados, com cerca de cinco mil nomes da fauna, flora e de microorganismos da biodiversidade do país, está disponível para pesquisa nas oficinas mundiais de patentes. “É uma medida de valorização, proteção e respeito pela biodiversidade brasileira. Uma ação pró-ativa”, diz Helinton José Rocha, diretor do Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia do Mapa. Parece brincadeira, mas a última novidade, nessa seara, é o registro da palavra “escapulário” por um alemão, que anda

cobrando muitas correspondentes a três mil reais dos brasileiros que anunciam e vendem esses amuletos em seu país. O Brasil já recorreu à Justiça contra o “esperto”.

Integração Com ferramentas assim, as pesquisas têm se multiplicado em progressão geométrica. “O estímulo ao acesso amplo e aberto a dados conduzirá à melhoria da qualidade e produtividade de sistemas de ciência e tecnologia em escala global”, diz Dora Ann Lange Canhos, diretora de projetos do Cria. Alterações climáticas e biodiversidade são exemplos de temas de interesse de estudiosos de todo o mundo – e eles têm procurado maneiras para trabalhar de forma integrada, em projetos que envolvam o intercâmbio de informações entre países diferentes. Duas datas marcantes nesse universo são 22 de maio, Dia Mundial da Biodiversidade, e 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente. A oportunidade é boa, portanto, para conhecer os diversos sites sobre biodiversidade, biologia e demais biociências.

O movimento se justifica porque o caso é urgente. O Parque Nacional do Iguaçu nasceu em meados do século passado, numa área onde havia dois municípios e menos de 20 mil pessoas. Em 1986, foi a primeira unidade de conservação brasileira reconhecida como Patrimônio Natural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Hoje é cercado por 128 cidades, cujos moradores somam mais de 100 mil. No entanto, ainda abriga, em diferentes ambientes climáticos e de vegetação, uma fauna variada e uma enorme quantidade de animais. Estima-se que vivam ali cerca de 800 espécies de borboletas, das quais foram identificadas apenas 257. Das 70 espécies de peixes dos rios, pouco mais da metade foi classificada. O número de espécies de serpentes pode chegar a 25, o de lagartos a oito e o de quelônios (ordem à qual pertencem as tartarugas e os jabutis) a três. Isso sem falar em 240 aves e 50 tipos diferentes de mamíferos. Pássaros como macuco, jacutinga e cisqueira; mamíferos como guari-

ba, onça-pintada, lontra, onça-parda e gato-do-mato-maracajá estão ameaçados de extinção. O parque é, assim, uma área de conservação e pesquisa imprescindível.

Em estudo coordenado pelo biólogo britânico Chris Thomas, da Universidade inglesa Leeds, e publicado na revista norte-americana *Nature*, pesquisadores de várias partes do mundo – entre eles a bióloga brasileira Marinez Ferreira de Siqueira, do Cria – concluíram que uma elevação de 2°C na temperatura média mundial (o que não é um exagero, diante do buraco na camada de ozônio) poderá resultar na extinção do habitat de até 52% das espécies existentes hoje no planeta. Um evento como esse, obviamente, colocaria em risco a sobrevivência dessas formas de vida. Ao analisar os efeitos das alterações climáticas nas árvores do Cerrado a pesquisadora brasileira identificou a possibilidade de redução de, no mínimo, 25% da área em 50 anos. A busca de caminhos para evitar tamanho desastre é indispensável.

Outra investigação acerca da representatividade ecológica nos biomas brasileiros, realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ainda em andamento, já concluiu que o Brasil, além de ser um dos países com a menor porcentagem de áreas especialmente protegidas (apenas 1,99%), tem a rede mal distribuída. Foram analisadas todas as unidades federais de conservação e de proteção integral. O Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro, é um dos mais ameaçados do mundo, e tem somente 0,85% de sua área em unidades de conservação. A Mata Atlântica, que foi reconhecida como patrimônio nacional pela Constituição de 1988, também ameaçada, tem 0,69% de áreas especialmente protegidas. A Caatinga possui apenas 0,65% de área conservada. Pode-se afirmar que as pesquisas ainda não são suficientes no país. Mas não há dúvidas de que, as que existem, são subaproveitadas. E então, voltamos ao Cria.

A Internet facilitou muitíssimo a localização de pessoas, fontes e informações. O que surgiu no Brasil, iniciativa pioneira no

São Paulo, uma das maiores cidades do planeta, tem quatro metros quadrados

Principais iniciativas do Cria

Sistemas de Informação

Instituto Virtual da Biodiversidade: informações sobre concepção e estratégia do programa Biota/Fapesp, projetos associados ao programa e instruções para a submissão de propostas no âmbito do programa.

speciesLink: sistema de dados de acervos de coleções biológicas e de observação em campo. Disponibiliza também ferramentas para visualização e correção de dados.

SinBiota: sistema de informação ambiental do estado de São Paulo que armazena dados de coletas e inventários de projetos vinculados ao Programa Biota/Fapesp.

SICol: sistema que integra dados de coleções microbianas, desenvolvido com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia.

OBIS Brazil: é um dos 3 pontos focais (Argentina, Brasil e Chile) do Ocean Biodiversity Information System (OBIS) na América do Sul. Seu componente brasileiro envolve o Departamento de Zoologia do Instituto de Biociências e o Departamento de Biologia Oceanográfica do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, e o Cria.

Revista Biota Neotropica: editada pelo Programa Biota/Fapesp, publica resultados de pesquisa original, revisões taxonômicas e artigos acerca da

conservação e do uso sustentável da biodiversidade da região Neotropical.

Bioline International: publicação eletrônica, sem fins de lucro, que provê acesso a publicações de qualidade de países em desenvolvimento. É gerenciado de forma cooperativa (cooperada?) por cientistas e bibliotecários das Bibliotecas da Universidade de Toronto, no Canadá; Bioline/UK, do Reino Unido, e pelo Cria.

Projetos

OpenModeller: ambiente computacional multiplataforma de modelagem e distribuição espacial de espécies. Capaz de trabalhar com diversos algoritmos, pode ser usado através de interfaces de programação e de interfaces gráficas amigáveis.

BioGeomancer: visa maximizar a qualidade e a quantidade de dados sobre biodiversidade que podem ser mapeados para subsidiar ações de pesquisa, planejamento, conservação e gestão ambiental. Integra especialistas em história natural e em dados geoespaciais num consórcio de 18 instituições internacionais coordenado pelo Museu de Zoologia Comparativa de Berkely, da Universidade da Califórnia, financiado pela Fundação Gordon and Betty Moore, pelo Global Biodiversity Information Facility (GBIF) e pelo National Science Foundation.

DataTester: software de código

aberto para auxiliar a detecção de erros de dados de coleções biológicas. Está sendo desenvolvido com apoio do GBIF e da Fundação Gordon and Betty Moore.

Incofish: envolve 35 instituições de 22 países (12 europeias, 12 latino-americanas, 6 asiáticas e 5 africanas). O Cria desenvolverá ferramentas de mapeamento de espécies. É financiado pela Comissão Europeia e coordenado pelo Leibniz Institut für Meereswissenschaften, de Kiel, na Alemanha.

Estratégias

Diretrizes e Estratégias para a Modernização de Coleções Biológicas Brasileiras e a Consolidação de Sistemas Integrados de Informação sobre Biodiversidade: visa o estabelecimento de diretrizes e estratégias para a melhora das coleções biológicas brasileiras num horizonte de 10 anos, com a colaboração das sociedades brasileiras de Botânica, Zoologia e Microbiologia. Vem sendo desenvolvido com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Amazon Basin Biodiversity Information Facility (Abbif): estudo de viabilidade de uma infra-estrutura de informação sobre a biodiversidade da Região Amazônica. Financiado pela Fundação Gordon and Betty Moore, está sendo desenvolvido pelo Cria em colaboração com o GBIF da região.

planeta, foi uma turma que se dedica a desenvolver programas, acolher dados de pesquisadores e disponibilizá-los on-line aos interessados. Agora em julho porá no ar uma nova coleção a respeito da Amazônia, o Biota Amazônia, inventário de todas as espécies da região: fauna, flora e microorganismos. Os filhotes do Cria não servem apenas para otimizar o trabalho de cientistas. Também facilitam a elaboração de políticas públicas. “O Cria é um centro bem conceituado e atuante, cujas informações são úteis ao planejamento e às ações de campo. Contribui com subsídios ao lado de outras organizações, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para uma atuação mais efetiva em favor da proteção da biodiversidade”, diz Inah Guatura, chefe do gabinete da presidência do Ibama.

Economia Transformar a informação e o conhecimento científico em infra-estrutura para a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas é um enorme desafio à comunidade científica e aos gestores. Recentemente, na reunião “Ciência, Tecnologia e Inovação no Século 21”, promovida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi reconhecido o valor do financiamento com recursos públicos e do compartilhamento de dados de pesquisas. O argumento: biodiversidade é um bom negócio, que dá dinheiro. É fonte de matérias-primas para o desenvolvimento de medicamentos, alimentos, cosméticos. Plantas medicinais são usadas até hoje, porque é economicamente inviável a síntese de moléculas com estruturas complexas em laboratório, e o reino vegetal é um laboratório poderoso. Também alimenta a indústria do turismo ecológico, que cresce, a passos largos, em todo o globo. Na “8ª Conferência de Países-Membros da Convenção sobre Diversidade Biológica” (COP-8), realizada em Curitiba no início do ano, foi divulgado que os vãos turísticos internacionais saltaram de 441 milhões em 1990 para 763 milhões em 2004 – e podem alcançar cifra superior a 1,5

de áreas verdes por habitante, mas ainda assim abriga 433 espécies de animais

bilhão em 2020, apesar da crise no transporte aéreo (leia reportagem na pág. 16). Anualmente, o ecoturismo representa 10,9% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. É uma boa alternativa de empreendimento, especialmente para países em desenvolvimento onde a natureza ainda está relativamente preservada.

Em visita recente ao Brasil, o consultor da Convenção sobre Espécies Migratórias das Nações Unidas (CMS), Richard Taper, elogiou as fazendas do Pantanal que abrem suas portas aos visitantes. Também citou o Projeto Tamar, pelos benefícios econômicos e sociais que traz às regiões onde atua. A iniciativa promove a recuperação de cinco espécies de tartarugas em 22 estações de pesquisa e dez centros de visitação, em 1.000 quilômetros de costa. Recebe cerca de 500 mil turistas por ano e emprega 1.300 pessoas, em geral ex-pescadores.

Há uma série de atividades positivas ocorrendo nessa área. A situação, no Brasil, tem melhorado em muitas frentes – e não há exagero nessa afirmação. A população está mais consciente. Em maio, foi divulgada a mais recente versão do estudo “O que o brasileiro pensa da biodiversidade”, realizado desde 1992 pelo Instituto Vox Populi, que entrevistou duas mil pessoas maiores de 16 anos, nas cinco regiões do país. Mostra que 98% da população considera grave a destruição das florestas, cerca de 80% diz perceber redução na quantidade de árvores, animais e peixes, e 38% afirma saber o que é uma área protegida. “Na sociedade atual, para um pleno exercício da cidadania, é necessário dispor de informações tecnicamente embasadas. O cidadão é chamado a se manifestar sobre práticas e políticas ambientais e, para o bem comum, esses posicionamentos não podem se valer apenas da intuição, da emoção, e muito menos de preconceitos”, diz Carlos Vogt, presidente do conselho superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). “No Brasil, embora a história da divulgação científica e do ensino para a ciência tenha começado mais tardiamente, já se pode reconhecer um mo-



Planilhas de desenhos da Flora Brasiliensis, do séc. XIX, disponíveis on-line

vimento cada vez mais forte e mais visível no sentido de organizar atividades em fóruns institucionais.”

O trabalho científico vem sendo mais bem aproveitado. “Tecnicamente, hoje é possível integrar dados de uma miríade de provedores de informações, incluindo bibliotecas digitais, museus de história natural, centros de recursos biológicos, institutos de previsão meteorológica e informes

sócio-econômicos. A mudança de paradigma resultante dos avanços em tecnologia de informação e comunicação, associados à globalização de ciência e tecnologia, deve alterar radicalmente a forma da gestão do conhecimento ambiental nesta década”, diz Dora Canhos.

Hoje o Cria tem parcerias por todo o lado. Tem buscado viabilizar a construção de uma estrutura que facilite a integração da América Latina, com o compartilhamento, em tempo real, de experiências e dados, na Amazon Basin Biodiversity Information Facility (ABBIF) e nas Redes de Pesquisa e Ensino (RNP). O Banco de Imagens do Programa de Estudos Costeiros, do Museu Paraense Emílio Goeldi (Bipec/MPEG), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, com fatos sobre o litoral amazônico, que detém a maior zona estuarina e a segunda maior área de manguezais do globo, está em fase de elaboração.

Palavras do Diretor-Geral da Unesco, Koichiro Matsuura, no encerramento do Colóquio Internacional “Avanços e perspectivas da educação para o desenvolvimento sustentável”, realizado em meados de junho em Paris: “A década será um sucesso se estabelecermos parcerias e sinergias entre diferentes programas e iniciativas, entre diferentes organizações e diferentes países. Cada um com suas idéias, com suas abordagens e metodologias particulares – mas todos com o mesmo objetivo: criar um mundo melhor e adotar comportamentos mais respeitosos com relação ao meio ambiente e aos indivíduos”. O que ele propõe é uma teia. Como a que a Cria anda fiando. **d**

Saiba mais:



Alguns dos sites do Cria
www.biota.org.br
<http://sinbiota.cria.org.br>
[www.biotaneotropica.org.br](http://biotaneotropica.org.br)
<http://splink.cria.org.br>
<http://florabrasiliensis.cria.org.br>

Convenção sobre Espécies Migratórias das Nações Unidas (CMS)
www.cms.int/

Pesquisa **Andréa Wolfenbüttel**
 Texto **Eliana Simonetti**

ciência&inovação CIRCUITO

Fotografia

Precinho de ocasião

Foram necessários longos nove meses para que os executivos da subsidiária brasileira da Kodak convencessem a matriz a fabricar máquinas fotográficas digitais no Brasil. Mas valeu a pena. Chegaram às lojas no mês passado as C360, montadas em Manaus pela Jabil, companhia norte-americana que presta serviços terceirizados em manufatura. Essas são as primeiras câmaras digitais da Kodak confeccionadas fora da China. A estratégia da empresa é economizar o Imposto sobre Produto Importado (IPI) e oferecer um equipamento mais barato aos brasileiros, que representam 45% do mercado fotográfico latino-americano.



Arte: Rafaela Ranzani

Invenção

Arapuca de mosquito

Na Amazônia ele é conhecido como carapanã-pinima. Para os cientistas, é o *Aedes aegypti*. Pessoas mais informadas reconhecem a praga ao notar seu abdome rajado e a tromba voltada para baixo. É o mosquito da dengue, que desembarcou no Brasil por volta de 1680 e nunca mais deu sossego. Isso porque vive apenas 45 dias. Fosse longo teria dizimado uma multidão. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), dois terços da população do planeta estão sob risco e pelo menos cem países registram a presença da doença. Mas pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) parecem ter encontrado uma maneira de deter

o inimigo. Criaram uma engenhoca semelhante àqueles mata-moscas que eram usados nos sítios antigamente. Tem um cartão aderente dentro de uma caixinha (o MosquiTRAP), devidamente abastecido com uma pastilha (chamada AtrAEDES) de perfume irresistível ao carapanã-pinima. Ele entra, vai até a pastilha e gruda no cartão. Não se multiplica, morre e, com um cálculo simples, ainda se pode saber como anda a infestação no local — e tomar providências. Patentado pela UFMG, o método foi licenciado para a empresa Ecovec, de Belo Horizonte. Está sendo exportado para Alemanha, Cingapura e Panamá.

Bancos

Fuga das filas

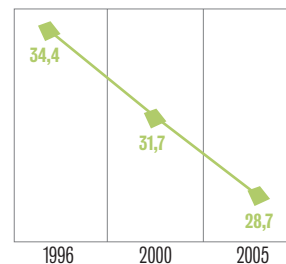
Os brasileiros estão fazendo de tudo para escapar das filas na hora de resolver seus problemas bancários. Em 2005, 26,3 milhões de clientes realizaram 5,85 bilhões de operações — 17% do total — via internet. Mais que o dobro do registrado em 2003, segundo estudo da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). De janeiro a junho, 460 mil pessoas fizeram 8 milhões de transações pelo telefone celular. “A internet trouxe várias comodidades para o cliente. Ele não tem mais de

sair de casa para fazer operações bancárias. Pode agendar pagamentos, além de cuidar de suas contas quando está viajando”, diz Luís Marques de Azevedo, consultor da Febraban. Para os que não têm acesso a um terminal de Internet nem possuem telefone celular, os bancos disponibilizam os caixas automáticos. Em 2005, os postos de autoatendimento somaram 10,79 bilhões de operações, quase o dobro do que se tinha em 2000. Para aumentar a segurança desses caixas, já estão

em teste sistemas de identificação biométrica, que reconhecem o cliente pelas veias da palma da mão. Dois efeitos desse movimento: de um lado, os custos operacionais das instituições financeiras caíram, e seus lucros vêm crescendo de forma assombrosa; e, de outro, quase 5 milhões de bancários perderam o emprego nos dez últimos anos. Com a conjugação desses dois elementos, os bancos poderiam reduzir um pouco as altas taxas de serviços cobradas do cliente.

Queda no emprego bancário

Número médio de funcionários por agência (50 maiores bancos)



Fonte: Banco Central

Mais celular que gente

A Espanha é o primeiro país a registrar um número maior de celulares do que de habitantes. O total de linhas das três operadoras do país somou 44,3 milhões, ante 44,1 milhões de moradores.

Energia

Calor humano

Uma casa muito especial está sendo erguida no pátio do prédio-sede da Eletrosul, no litoral catarinense. É uma vitrine de idéias para os que desejam construir sem maltratar o meio ambiente. O projeto, que foi chamado Casa Eficiente, resulta de uma parceria entre Eletrosul, Eletrobrás, Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica e Laboratório de Eficiência Energética em Edificações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Apresenta soluções como barreiras que diminuem a intensidade dos ventos no inverno, placas que transformam energia solar em energia elétrica e tratamento da água dos efluentes com raízes. Madeiras de reflorestamento impermeabilizadas e uma mistura de cimento com entulho compõem paredes que guardam o calor humano e dispensam aquecedor em dias mais frios. "Iniciativas como essa mostram o que a criatividade e a ciência podem construir para melhorar a qualidade de vida", diz Milton Mendes, presidente da Eletrosul.

Saúde

Parceria salva crianças

Há dez anos, o Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (Imip) firmou parceria com o St. Jude Children's Research Hospital, de Memphis, nos Estados Unidos. O objetivo era a transferência de tecnologia para tratamento da leucemia linfoblástica aguda, doença comum na infância, que pode ser curada desde que uma série de procedimentos médicos seja aplicada com rigor. Passada uma década, a taxa de cura das crianças saltou de 32% para 63%. O nível de abandono do trata-

mento caiu de 16% para 0,6%. A modernização científica colaborou para o sucesso. E a adoção de práticas simples, como o fornecimento de transporte para o hospital e de alimentação aos acompanhantes, também aumentou a eficiência. Inicialmente, o alvo era apenas a população do Recife, onde funciona o Imip. Com o passar do tempo, moradores de outras cidades passaram a buscar o hospital. A meta agora é atingir 80% de cura, nível verificado nos Estados Unidos.



Genética

Cães mutantes

O número de pessoas que têm cães de estimação é crescente — resultado, ao que se especula, da solidão dos tempos modernos. Para os cachorros, a vida pode ser confortável e longa. Mas pesquisadores da Uppsala Universitet, da Escandinávia, compararam os ge-

nes caninos com os de lobos selvagens e descobriram numerosas e rápidas mutações nos animais domesticados — o que, segundo eles, pode explicar a fragilidade de algumas raças, sujeitas a alergias e outros males que os lobos desconhecem.

Frutas

Adeus às pragas

O Ministério da Agricultura está prestes a regulamentar o uso da irradiação de energia de elétrons, uma espécie de luz capaz de eliminar as estruturas de pragas, insetos, ácaros, bactérias e vírus em produtos vegetais. O método já é adotado em diversos países para controlar pragas em frutos e poderá elevar as vendas brasileiras no exterior, já que ele será aplicado basicamente nos portos e aeroportos para garantir a boa qualidade dos produtos que saem do país e impedir a entrada de organismos nocivos a bordo daqueles que estão chegando. A principal vantagem é que a irradiação, ao contrário dos agrotóxicos, não deixa resíduos. A nova tecnologia vai exigir a compra de equipamentos e o treinamento de pessoal.

Espaço

Depois do astronauta

A Agência Espacial Brasileira anunciou que, ainda neste ano, dará continuidade às experiências em microgravidade iniciadas pelo astronauta Marcos Pontes na Estação Espacial Internacional. As novas pesquisas serão feitas a bordo de um foguete VSB-30, desenvolvido pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço, equipamento semelhante a um colocado em órbita recentemente pela Suécia, com estudos da Agência Espacial Européia. Oferece cerca de sete minutos de microgravidade. Será disparado do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão.

livros e publicações
ESTANTE

A economia em centímetros quadrados...

Nos dicionários – como nas enciclopédias –, espaço é tudo. A “centimetragem” dos verbetes costuma refletir a importância relativa de cada um. Por isso, pode parecer bizarro que, nesse dicionário, o espaço ocupado pelo “mágico de Oz” (yes, o famoso personagem de Frank Baum) seja duas vezes maior do que o alocado ao verbete “capitalismo”: duas páginas inteiras (de duas colunas) para o “mágico”, ante apenas três quartos de uma única página para capitalismo, sendo que seu ex-inimigo, o defunto “comunismo”, ganha uma página e meia. Essa é uma das peculiaridades dessa, ainda assim, utilíssima ferramenta de consulta, que não deixa de refletir os gostos e as preferências de seu autor, um bem-sucedido professor de Economia hoje convertido em sinônimo de obra de referência.

Sim, a partir da quinta edição de uma obra publicada originalmente em 1985, para acompanhar a coleção *Os Economistas* (da Editora Abril), já se pode falar do “Sandroni” como usualmente se fala do “Aurélio”, com algumas diferenças, no entanto. Se o “primo” da língua portuguesa procura seguir o cânon da Academia Brasileira de Letras, Sandroni não segue nenhum padrão consagrado, a não ser o seu próprio. Será por isso que o verbete “pro-

tecionismo” ostenta o dobro do espaço dado ao “livre-comércio”? Não parece estranho, novamente, que o Mercosul ocupe menos da metade da área atribuída ao Nafta, ao passo que um acordo que ainda nem existe, a Alca, tenha mais do dobro deste último? Infelizmente, o verbete Mercosul não é apenas insuficiente, mas claramente inadequado, inclusive conceitualmente. Se o Mercosul dependesse do “Sandroni” para validar sua relevância, estaria condenado ao museu das antiguidades, ao lado do machado de bronze e da roca de fiar, destino do Estado previsto por Engels.

Esse tipo de inconsistência não passaria por uma academia de economia se esta chancelasse dicionários do gênero. Não que Sandroni tenha trabalhado sozinho:

“Essa utilíssima ferramenta de consulta não deixa de refletir os gostos e as preferências de seu autor”

os créditos consignam pelo menos três dúzias de consultores mais três dezenas de pesquisadores. Mas ele certamente exerceu o direito de aumentar, aqui e ali, as fichas individuais cada vez que um tema crescia em importância em sua mente. Daí o ca-

ráter irregular de algumas informações, bem como erros primários de revisão (o verbete “monocultura”, por exemplo, é repetido na imediata seqüência).

Não são observáveis apenas espaços desiguais, mas também insuficiências notórias ou deslizes clamorosos. Certos verbetes – “Escola Clássica”, por exemplo – apresentam quase uma aula e outros induzem a erro: Hayek nunca foi “neoliberal” pela simples razão de sempre ter sido um liberal clássico, *tout court*.

Mas por que a “interpretação econômica” do “mágico de Oz” valeria duas vezes e meia a descrição do capitalismo? Sem cair de novo nas preferências do autor, digamos que a fábula de Baum ilustra os dilemas da transição do bimetalismo (ouro e prata) ao monometalismo do padrão-ouro na construção dos sistemas monetários nacionais durante a segunda onda da globalização (final do século XIX e início do seguinte). Ainda assim, há um notório exagero na dimensão do texto (que, aliás, é bem escrito).

A atualização de alguns verbetes também deixa a desejar, considerando-se a data do “fechamento”: julho de 2005. Mesmo dando-se desconto de um ano, é inexplícável que na anotação sobre o Mercado Comum Europeu esteja registrado que a entidade “congrega” (assim, no presente)

doze membros, quando ela já se tinha transformado na Comunidade Econômica Europeia desde 1967, sendo esta substituída pela expressão Comunidades Europeias na década seguinte. A União Europeia, por sua vez, existe desde 1993, tendo passado de 12 a 15 membros dois anos mais tarde; e a 25 nos dias atuais (*encore plus* em negociações). Mais surpreendente ainda, MCE remete ao verbete “União Europeia”, que simplesmente não há, esquecido entre a União Escandinava (uma união monetária que funcionou entre 1873 e 1905) e a União Europeia de Pagamentos (um sistema de pagamentos compensados que deixou de existir em 1958). Surpreendente ou inexplicável, esse tipo de omissão é imperdoável numa compilação do “século XXI”.

Na verdade, pouca coisa pertence ao século XXI. A maior parte das informações vem dos séculos XIX e XX. Mas o verbete FMI já traz Rodrigo Rato como diretor, a partir de 2004. Os temas recentes estão registrados. Alguns exemplos são o “índice Big Mac”, do semanário inglês *The Economist*, o “consenso de Washington” (erroneamente definido como defesa do “Estado mínimo”) e os acordos de Basileia 1 e 2 (normas prudenciais para atividades bancárias). Para um dicionário do século XXI, o verbete “globalização” não poderia ser mais anêmico: escassas dez linhas (em meia coluna, recorde-se), mais voltadas para o fenômeno do *global sourcing* do que aos processos de integração de mercados. Talvez o autor não goste da globalização, mas ela ainda assim existe e incomoda.

Interessantes e úteis são os verbetes dedicados às idiossincrasias econômicas brasileiras, como o jogo do bicho – cálculos de probabilidade indicam que os banqueiros ficam com de 60% a 70% das receitas –, as mordomias, tais como oficialmente definidas pela administração, ou os diversos planos brasileiros de desenvolvimento e de estabilização econômica. Comparem sínteses históricas sobre a legislação e os padrões monetários, sobre os valores do salário mínimo, bem como listas de ministérios e de ministros da Fazenda do Brasil: o ex-presidente Itamar Franco foi um campeão de ministros!

Alguns erros precisam ser corrigidos

numa futura edição. O Gatt não foi substituído pela OMC, em 1995, mas incorporado à rede de acordos administrados por ela; tampouco tem por princípio básico o livre-comércio, apenas visa à mais ampla liberalização comercial possível. O economista André Gunder Frank, identificado com o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, aparece duas vezes, nas letras F e G, sendo que o texto de Gunder é mais “desenvolvido” do que o de Frank. Os GAB são mais comumente referidos como *General Arrangements to Borrow*, e não como *Agreements*, uma vez que não derivam de tratados formais, e sim de esquemas especiais. Dizer

“Interessantes e úteis são os verbetes dedicados às idiossincrasias econômicas brasileiras como o jogo do bicho”

que Hobbes era um “mercantilista” e acrescentar que considerava a liberdade de comércio uma “lei natural” parece uma contradição nos termos.

Keynes não foi o primeiro “presidente” do FMI, mas o representante britânico (*governor*) na primeira assembleia-geral das duas organizações de Bretton Woods (em Savannah, na Geórgia, em 1946), ocasião na qual indicou o belga Camille Gutt como o primeiro “diretor-gerente” do FMI. Bilateralismo e multilateralismo estão definidos de forma restrita, vinculados apenas ao comércio. Da mesma forma, reciprocidade em comércio não quer dizer *fair trade*, mas concessões equivalentes, não necessariamente simétricas. Em regimes cambiais, o abandono do acordo de Bretton Woods pelos Estados Unidos se deu, de fato, em 1971, mas o fim da jurisdição do FMI sobre esses regimes só foi alcançado em 1973.

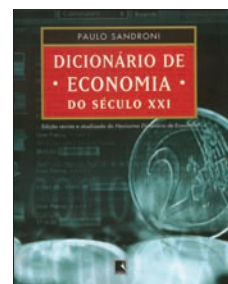
No terreno do humor econômico, Sandroni incorpora a seu repositório a conhecida lei de Murphy, mas esquece da lei de Parkinson, altamente relevante para a “produtividade” na administração pública: o total de empregados numa burocracia cresce de 5% a 7% ao ano, independentemente de qualquer variação no volume de trabalho a ser feito. Parafrazeando, digamos que o

tamanho de um dicionário como esse aumenta de 20% a 30% a cada edição, a despeito da importância relativa dos verbetes. Pela “lei de Gresham” dos dicionários, volumes enxutos e de menor qualidade começarão a fazer concorrência implacável ao “Sandroni”.

Ele deve sustentar a competição, mas caberia pensar, numa próxima edição, em adaptá-lo aos tempos modernos: não é possível que um glossário que se pretenda do século XXI dedique mais de uma página à “revolução socialista” e escassas 14 linhas (de meia coluna) à “pobreza” e à “riqueza”, que constituem o âmago da ciência econômica. Mesmo numa concepção tradicional, alguns desequilíbrios devem ser corrigidos: hoje, Raúl Prebisch vence Adam Smith por meia coluna; o socialismo deixa longe o capitalismo e a definição deste último é basicamente marxista; Stalin receber a mesma “centimetragem” de Keynes é uma desproporção inaceitável numa obra de economia. Estou de acordo que a “teoria da dependência” não mereça mesmo mais de 13 linhas, mas que “trabalho alienado” supere em quatro vezes “vantagens comparativas” revela uma inclinação hoje *démodée*.

Esses pequenos erros não empanam o valor de uma obra grandiosa. Mas proponho uma revisão “bibliométrica” nos 6 mil verbetes do dicionário, tendo como critério o velho preceito marxista (aliás, emprestado do economista William Goodwin): a cada um segundo as suas necessidades...

Paulo Roberto de Almeida



Dicionário de Economia do Século XXI

Paulo Sandroni

Record, 2005, 905 p., R\$ 69,90

por **Andréa
Wolffenbüttel**
INDICADORES

O que é?

Rodada de Doha

Em novembro de 2001, foi realizada a IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse tipo de encontro é a mais alta instância da OMC e, especificamente, essa conferência se deu em Doha, no Qatar. O objetivo era derrubar barreiras comerciais e facilitar o acesso aos mercados para incentivar o intercâmbio internacional. Os países mais fortes em agronegócios, entre eles o Brasil, queriam vender para os mais industrializados, e vice-versa. Como os entraves não são poucos, foi estabelecido um prazo de quatro anos para negociação. Durante esse período haveria mais duas conferências ministeriais que se convencionou chamar de Rodadas de Doha porque elas davam continuidade aos debates iniciados na reunião de Doha. A conferência de 2003, em Cancun, foi um retumbante fracasso. As economias mais desenvolvidas se recusaram a reduzir os subsídios agrícolas e decidiram manter as barreiras tarifárias. Por outro lado, os países em desenvolvimento reagiram e criaram o G-20, um grupo reunindo 20 nações dispostas a lutar por seus interesses. Em dezembro de 2005, houve mais uma conferência ministerial, em Hong Kong, na qual não se avançou muito, mas foi assinado acordo prevendo a eliminação de todos os subsídios aos bens agrícolas para exportação até 2013. Diante da impossibilidade de um consenso, foi estendido até o fim de 2006 o prazo para chegar a um entendimento.

Drogas

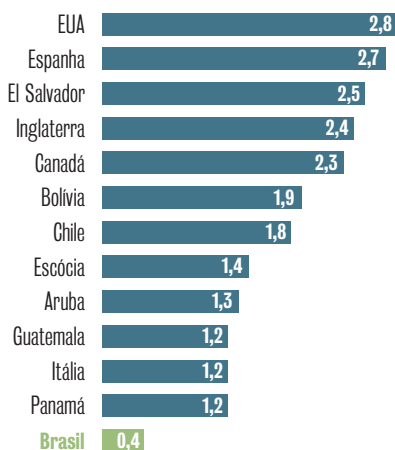
Alerta ao Brasil

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNDOC) divulgou, no final do mês passado, o seu relatório anual sobre drogas. O principal destaque em relação ao Brasil foi o aviso feito pelos especialistas de que nosso país será um dos próximos alvos dos traficantes. Os grandes mercados, como Estados Unidos e Europa, já atingiram o ponto de saturação e o Brasil,

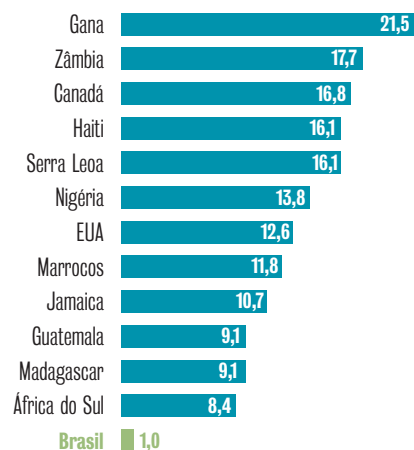
com uma população grande e jovem, tem tudo para atrair os vendedores de drogas. Os gráficos abaixo mostram que os níveis brasileiros de consumo ainda são baixos quando comparados a outros países. Por outro lado, as apreensões realizadas por aqui são altas, o que indica que muitas drogas passam pelo Brasil rumo a grandes centros de consumo.

Consumo

Doze países com maior taxa de consumo de cocaína e o Brasil (em % da população)



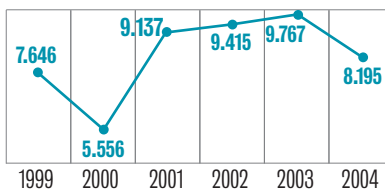
Doze países com maior taxa de consumo de maconha e o Brasil (em % da população)



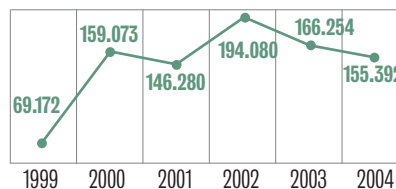
REPERE: o perfil dos países com altas taxas de consumo de cocaína e maconha são bem diferentes, sendo que o uso de cocaína é mais alto em economias mais ricas. Apenas três países constam de ambas a listas: os Estados Unidos, o Canadá e a Guatemala.

Apreensões

Apreensão de cocaína (em kg)

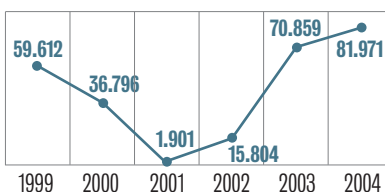


Apreensão de maconha* (em kg)



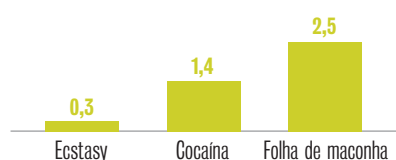
*folhas

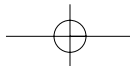
Apreensão de ecstasy (em comprimidos)



Fonte: UNDOC

Participação do Brasil no total de drogas apreendidas no mundo em 2004 (em %)





Trabalho

Tamanho é documento?

Um perfil comparativo entre as empresas de diferentes portes mostra que as micro e pequenas avançam e se proliferam, porém ainda estão muito distantes das grandes. Apesar de responder por 99% do número de empresas, as micro, pequenas e médias geram menos de 70% dos

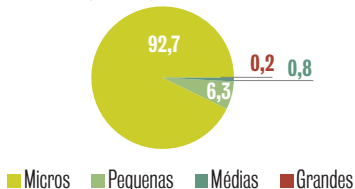
empregos e pagam 41% da massa salarial recebida pelos trabalhadores. Os dados abaixo foram extraídos do texto "Empresas de pequeno porte e as condições de acesso ao crédito", de autoria de José Mauro Moraes, técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos Setoriais do

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Nos gráficos desta página também é possível constatar que o valor médio do salário mensal tem caído nos últimos anos, exceto entre as microempresas, porém elas continuam pagando os mais baixos salários.

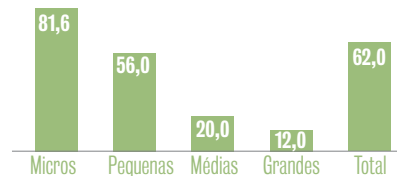
Número de empresas (em mil)

Porte da empresa	1996	2003
Micros	2.620	4.758
Pequenas	209	326
Médias	35	42
Grandes	8,3	9,3
Total	3.169	5.135

Composição das empresas - 2003 (em %)



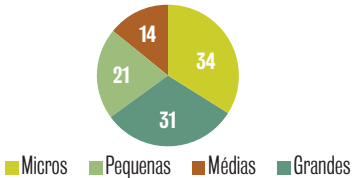
Variação do nº de empresas entre 1996 e 2003 (em %)



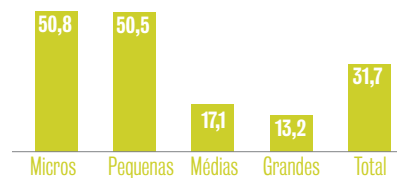
Número de empregos (em mil)

Porte da empresa	1996	2003
Micros	6.382	9.626
Pequenas	3.924	5.906
Médias	3.481	4.076
Grandes	7.815	8.847
Total	21.601	28.455

Em que tipo de empresa estão os empregados - 2003 (em %)



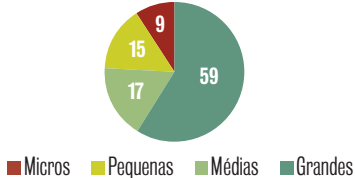
Variação do nº de empregados entre 1996 e 2003 (em %)



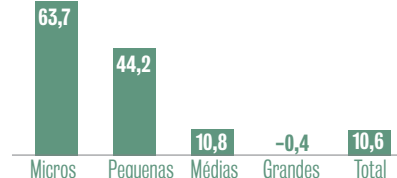
Massa salarial - 2003 (em R\$ bilhões)

Porte da empresa	1996	2003
Micros	13,5	22,1
Pequenas	25,1	36,2
Médias	37,1	41,1
Grandes	145,1	144,5
Total	220,8	244,3

Massa salarial paga pelas empresas - 2003 (em %)



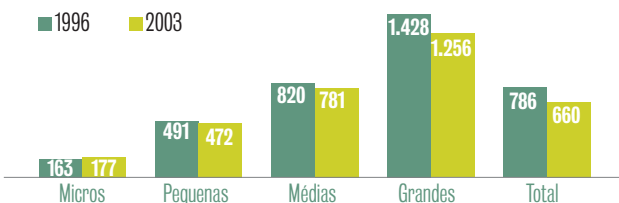
Variação da massa salarial entre 1996 e 2003 (em %)



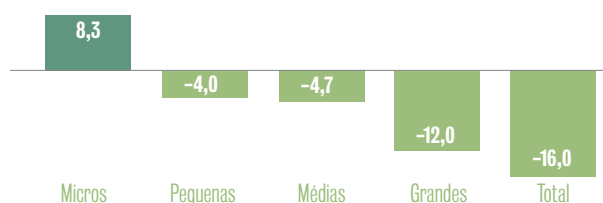
REPARSE: 97% das empresas brasileiras são microempresas, mas elas respondem por 34% dos empregos e por 9% da massa salarial paga. Por outro lado, as grandes empresas são apenas 0,2% do universo de empresas brasileiras, mas geram 31% dos empregos e pagam 59% da massa salarial.

REPARSE: a massa salarial paga aumentou em todos os portes de empresas, exceto entre as grandes.

Valor médio do salário mensal (em R\$)

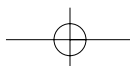


Variação dos salários entre 1996 e 2003 (em %)



REPARSE: a única faixa que registra aumento do salário médio mensal é a das microempresas. Porém, o valor do salário médio pago por elas é um sétimo do salário médio dos funcionários das grandes empresas

Fonte: OIT



CARTAS



Reprodução

Como pós-graduando em Gestão Pública, estarei-me o fato de já estarmos em plena disputa eleitoral sem que os candidatos tenham tido o cuidado e a responsabilidade de se aprofundar nas propostas de reformas tão essenciais ao desenvolvimento do país. Como esperar algo diferente nessa campanha se nestes últimos quatro anos nada de concreto foi feito? Certo que a grande maioria da população não vislumbra, ou talvez nem entenda, o que se queira com as reformas (tributária, previdenciária, eleitoral), mas daí a fazer do Bolsa-Esmola a única estrela do processo eleitoral é acreditar demais na ingenuidade do povo brasileiro. Por isso, rogo a **Desafios** que promova uma enquete ou debate para que tomemos conhecimento do que cada partido (candidato) pensa a respeito de cada tema.

André Amaral
Advogado
Natal - RN

Prezado André, aguardamos a divulgação dos programas dos candidatos para publicarmos reportagens com análises das propostas de cada um.

Estou fazendo uma pesquisa escolar e gostaria de saber quantos deputados cada estado possui. Obrigada pela atenção.

Karen Aline Nogueira
Estudante
Taubaté - SP

Prezada Karen, você pode obter essa informação no site do Tribunal Superior Eleitoral, cujo endereço é www.tse.gov.br. Lá estão disponíveis os resultados das eleições desde 1945 até 2004. Bom trabalho!

Meus parabéns pela escolha do tema e da foto da capa da revista de junho de 2006 (ano 3, nº 23). Para crescer, precisamos valorizar o que é nosso em primeiro lugar. A foto é de muito bom gosto e cheia de vida, encheu meus olhos, e o assunto é a origem do povo Brasil. Muiiiito bom.

Dalva Silva Aguiar
Brasília - DF

Sou assessora de imprensa do Pensamento Nacional das Bases Empresárias (PNBE), entidade que foi citada na reportagem de capa de **Desafios** de maio de 2006 (ano 3, nº 22). Aliás, belíssima matéria, parabéns. Arrasaram!

Yeda Souza Santos
Assessora de imprensa
São Paulo - SP

Quero parabenizá-los pela série de reportagens sobre a democracia. É muito bom ver que alguém se preocupa em analisar a realidade política brasileira de forma mais ampla e profunda, tirando da frente dos olhos os acontecimentos cotidianos que impedem a visão e an-

gustiam o coração. Somos mesmo uma democracia jovem, que ainda tem um longo percurso pela frente e precisamos definir como queremos trilhar esse caminho. Se parando a cada obstáculo ou se superando com elas. São iniciativas como essa, de **Desafios** que nos incentivam a seguir adiante.

Bruno Garcia
Estudante
São Paulo - SP

Tive a oportunidade de ler a matéria sobre os Centros de Distribuição (CD) para exportadores brasileiros de micro, pequenas e médias empresas, publicada na edição de abril de 2006 (ano 3, nº 21). Fiquei interessado em obter mais informações sobre esses

CDs com localização na América Latina.

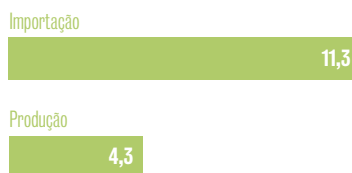
Valdecir Vedens
Empresário
Videira - SC

Estimado Valdecir, infelizmente a Agência de Promoção à Exportação e Investimentos (Apex) não mantém nenhum Centro de Distribuição (CD) na América Latina. Atualmente, existem quatro CDs em funcionamento: em Miami (EUA), em Lisboa (Portugal), em Varsóvia (Polônia) e em Dubai (Arábia Saudita). Para saber se existe algum projeto de implantação de um CD na América Latina, sugerimos entrar em contato com a Unidade de Centros de Distribuição da Apex, pelo telefone (61) 3426-0202 ou pelo e-mail cd@apexbrasil.com.br. Boa sorte!

ERRAMOS

Na edição passada de **Desafios**, de junho de 2006 (ano 3, nº 23), houve uma troca de legendas no gráfico intitulado "Quanto aumentaram a produção interna e a exportação de gás natural em 2005", veiculado na página 64, na seção Indicadores. Onde estão os dados de produção deveriam estar os de importação, e vice-versa. O gráfico correto segue abaixo.

Quanto aumentaram a produção interna e a importação de gás natural em 2005 (em %)



Em 35 anos, o consumo brasileiro de gás aumentou **17.000%**



Acesse o conteúdo da revista **Desafios do Desenvolvimento** no endereço:
www.desafios.org.br